

Tabela de
HONORÁRIOS
MÍNIMOS
2026



MINUTA - EM FASE DE APROVAÇÃO



oabma.org.br



[oabma](https://www.instagram.com/oabma)

Disposições

GERAIS

04

1	Atividades Jurídicas Avulsas	07
2	Advocacia em Juizados Especiais Estaduais e Federais	09
3	Advocacia Perante Tribunais	10
4	Advocacia em Direito Administrativo	13
5	Advocacia em Direito Aeronáutico	16
6	Advocacia em Direito Agrário	17
7	Advocacia em Direito Ambiental	18
8	Advocacia em Direito Animalista	20
9	Advocacia em Direito Bancário	21
10	Advocacia em Direito Civil	23
11	Advocacia em Direito do Consumidor	26
12	Advocacia em Direito Desportivo	28
13	Advocacia em Direito Digital	31
14	Advocacia em Direito Eleitoral	33
15	Advocacia em Direito Empresarial	34

16	Advocacia em Direito de Família	37
17	Advocacia em Direito da Criança e do Adolescente	46
18	Advocacia em Direito das Sucessões	48
19	Advocacia em Direito Imobiliário e Urbanístico	50
20	Advocacia em Direito Internacional	52
21	Advocacia em Direito Penal	55
22	Advocacia em Direito Militar	59
23	Advocacia em Direito Municipalista	61
24	Advocacia em Direito do Trabalho	68
25	Advocacia em Direito Tributário	73
26	Advocacia em Direito Previdenciário	75
27	Advocacia em Direito da Saúde	76
28	Advocacia em Direito de Trânsito	79
29	Advocacia em Programa de Compliance	81
30	Advocacia em Gestão Jurídica	82
31	Advocacia em Mediação, Conciliação e Arbitragem	83

Disposições

GERAIS

Nos termos do artigo 58, V, da Lei 8.906/1994 – o Estatuto Da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – compete privativamente ao Conselho Seccional **fixar** a tabela de honorários, a qual será válida em todo o **território estadual**.

1.1 Em razão da jurisdição do Conselho Seccional sobre a área territorial dos Estados-membros ou do Distrito Federal correspondente (competência territorial), as subseções **não poderão** modificar e/ou acrescentar disposições diversas das previstas nesta tabela, bem como **elaborar, divulgar, aplicar** e/ou **incentivar** a utilização de tabela de honorários de outra seccional.

Recomenda-se ao advogado, no momento da fixação dos honorários, **examinar** a dificuldade, o tempo, o mérito do trabalho, a gravidade e a pluralidade das questões tratadas, bem como o proveito econômico a ser obtido pelo cliente, nas causas em que seja possível mensurá-lo.

É **dever do(a) advogado(a)**, nos termos do artigo 35 do Código de Ética e Disciplina da OAB, estabelecer os honorários previamente e por escrito, ressaltando que, no contrato de honorários, as disposições devem estar **claras** e **precisas** principalmente no que diz respeito:

- ao objeto;
- aos honorários;
- à forma de pagamento;
- à extensão do patrocínio, informando se este abrangerá todos os atos do processo ou será limitado a determinado grau de jurisdição;
- à hipótese de a causa encerrar-se mediante transação ou acordo.

Todas as despesas, judiciais ou extrajudiciais, bem como as de locomoção, alimentação, hospedagem, viagem, transporte, certidões, cópias e condução de auxiliares, deverão ser **suportadas pelo cliente**, ao qual o(a) advogado(a) deverá prestar contas caso ele as antecipe, salvo disposição em contrário expressamente prevista no contrato de honorários.

O desempenho da atividade advocatícia é uma atividade-meio, e não uma **atividade-fim**, ou seja, não se trata de uma atividade de **resultados**. Orienta-se o(a) profissional a informar e explicar isso a cada cliente, a fim de evitar posteriores **insatisfações**. Excepcionalmente, poderão ser ajustados honorários pró-êxito.

Havendo revogação do mandato antes de finalizada a prestação de serviço advocatício, os honorários pendentes serão devidos integralmente, salvo previsão contratual diversa.

Os honorários de sucumbência, os quais decorrem do Código de Processo Civil (CPC), referem-se à obrigação que tem a parte vencida de **remunerar** o(a) advogado(a) da parte vencedora, não se confundindo com os **honorários convencionados** e por **arbitramento**, com parâmetros estabelecidos nesta tabela.

7.1. A sucumbência relativa a honorários advocatícios pertence ao(à) advogado(a) do(a) vencedor(a) da lide, sem qualquer redução nos honorários contratados, em conformidade com o que estipula a lei, desca-bendo com relação a estes e em qualquer hipótese a imposição de **compensações, reduções** ou **exclusões**.

Disposições

GERAIS

É **dever do(a) advogado(a)** abster-se de contratar honorários advocatícios em valores **aviltantes**, em conformidade com o artigo 48, §6º, do Código de Ética. Dessa forma, o(a) advogado(a) deverá observar o **valor mínimo** da Tabela de Honorários instituída pelo respectivo Conselho Seccional onde for realizado o serviço, sob pena de caracterizar-se o aviltamento de honorários.

8.1. O(a) advogado(a) deve **proceder** de forma que o torne merecedor de respeito. Sob esse enfoque, o aviltamento de honorários é uma prática que **contraria** o prestígio da classe e da advocacia.

A obrigatoriedade da cobrança da consulta é uma prática ainda debatida na seara jurídica, em razão da **heterogeneidade** do mercado jurídico no país. No entanto, sempre que solicitada, **recomenda-se** ao(à) advogado(a) que cobre pelo valor da consulta, tratada como atividade jurídica avulsa nesta Tabela de Honorários. Caso, em decorrência da consulta, sobrevenha a **prestação de serviços**, a critério das partes, o valor da consulta poderá ou não ser descontado dos honorários a serem contratados.

Os honorários ajustados **não compreendem** a prestação de serviços com relação a incidentes processuais ou a procedimentos acessórios, ou preventivos, salvo se previamente convencionado.

A advocacia **Pro Bono**, cuja finalidade é promover a **inclusão** dos menos favorecidos, conforme previsto no §1º do artigo 30 do Código de Ética, possui **regras próprias**, não constituindo impedimento ao pleno

funcionamento das disposições acerca da cobrança de honorários pelos profissionais da advocacia.

Recomenda-se **pactuar** o pagamento dos honorários sempre em moeda corrente. O(a) advogado(a) poderá receber, como honorários, parte de **bens** ou **objetos**, desde que isso esteja previamente determinado em contrato de honorários ou mediante acordo escrito. Quando **necessário alterar** a forma inicialmente acordada, as partes contratantes poderão assim proceder, mesmo após a finalização da causa, e mediante **contrato** ou **acordo escrito**.

É lícito ao(à) advogado(a) contratar a prestação de serviços por **valores superiores** aos previstos nesta Tabela. Para o limite máximo dos honorários advocatícios, deve-se observar o disposto nos artigos 31 a 33 da Lei nº 8.906/94 e nos artigos 31 a 43 do Código de Ética e Disciplina da OAB.

O contrato de honorários que, devido ao decurso do tempo ou à superveniência de circunstâncias imprevisíveis à época do ajuste, tornar-se excessivamente **oneroso** para o(a) advogado(a), poderá ser objeto de revisão.

Os valores constantes nesta Tabela de Honorários foram atualizados pelo **índice INPC**.

Aplicam-se os valores desta Tabela também aos honorários a serem fixados nas nomeações de **advogados(as) dativos(as)**.

Para a solução de **casos omissos** nesta Tabela, aplicam-se os dispositivos do Título I, capítulos VI e VIII, da Lei nº 8.906/94

Disposições

GERAIS

Nos indicativos em que houver simultaneamente um **percentual** e um **valor mínimo**, o(a) advogado(a) deve fixar seus honorários com base no que lhe for **mais vantajoso**, conforme o valor da causa ou o proveito econômico visado pelo cliente.

18.1. No caso de aparente **conflito** de valores entre dois ou mais indicativos de tabelas diferentes (ex.: Advocacia em Direito Penal/Advocacia perante Tribunais), deve-se utilizar a **regra da especialidade** para se obter o valor correto, aplicando-se o valor da tabela mais específica. Entretanto, caso o valor desta seja **menos vantajoso** para o(a) advogado(a), deve-se aplicar o valor da tabela **mais genérica**.



PISO REMUNERATÓRIO ÉTICO:

Aos(as) advogados(as) empregados(as) ou associados(as) de escritórios de advocacia deve ser pago, mensalmente, a **título de salário** ou **ajuda de custo** (conforme o caso), o valor mínimo de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), sem prejuízo de outras **vantagens** eventualmente ajustadas, como participações ou comissões nos lucros, verbas sucumbenciais auferidas pelo escritório, plano de saúde ou odontológico, academia de ginástica, entre outros.

1 ATIVIDADES JURÍDICAS AVULSAS

	INDICATIVO	PERC. (%) MÍNIMO	Valor MÍNIMO
1.1	<p>CONSULTA/REUNIÃO: Obs.: fora do horário de expediente, acrescenta-se R\$ 150,00</p> <p>a) No escritório, pessoalmente ou por qualquer meio eletrônico.</p> <p>b) Em local externo (distinto do escritório).</p> <p>c) Com exames de documentos.</p>		<p>R\$ 500,00</p> <p>R\$ 700,00</p> <p>R\$ 1.000,00</p>
1.2	Hora técnica		R\$ 500,00
1.3	Pareceres		R\$ 3.006,90
1.4	Memoriais		R\$ 2.860,22
1.5	Petição ou requerimento avulso		R\$ 1.183,90
1.6	Acompanhamento de cliente a órgão administrativo ou judiciário		R\$ 880,07
1.7	Exame de autos de processo em órgãos administrativos ou judiciários		R\$ 880,07
1.8	<p>Diligência ou acompanhamento de cliente junto a Delegacia de Polícia Obs.: fora do horário comercial, acrescenta-se R\$ 240,00</p>		R\$ 880,07
1.9	Cobrança amigável	10% sobre o proveito econômico do cliente	R\$ 796,25
1.10	Intervenção para solução de conflito extrajudicial amigável	10% sobre o proveito econômico do cliente	R\$ 1.508,69

1.11	CORRESPONDÊNCIA		
	Fotocópia/digitalização de até 100 folhas		R\$ 157,16
1.11.1	Fotocópia/digitalização de mais de 100 folhas		ACRESCENTA-SE R\$ 0,20 POR FOLHA
1.11.2	Protocolo (por ato)		R\$ 157,16
1.11.3	Audiência conciliatória (presencial ou virtual)		R\$ 377,17
1.11.4	Audiência de instrução e julgamento (presencial ou virtual)		R\$ 607,67
1.12	VIAGENS E DIÁRIAS NO ESTADO		
1.12.1	Diária profissional – independentemente das despesas de transporte, alimentação e estadia (mínimo)		R\$ 1.152,47
1.12.2	Deslocamento		1/3 DO PREÇO O LITRO DO COMBUSTÍVEL POR KM RODADO
1.13	VIAGENS E DIÁRIAS FORA DO ESTADO		
1.13.1	A diária profissional – independentemente das despesas de transporte, alimentação e estadia (mínimo)		R\$ 2.147,79
1.13.2	Deslocamento		R\$ 565,76
1.14	CUMPRIMENTO DE PRECATÓRIAS		
1.14.1	Na comarca, para citação, notificação, interpelação ou exames periciais		R\$ 1.204,86
1.14.2	Na comarca, para depoimento pessoal ou inquirição de testemunhas		R\$ 1.718,23
1.14.3	Fora da comarca		ACRESCENTA-SE O VALOR DA DIÁRIA.



2 ATIVIDADES EM JUIZADOS ESPECIAIS: ESTADUAL E FEDERAL

	INDICATIVO	PERC. (%) MÍNIMO	Valor MÍNIMO
2.1	Inicial ou contestação, e audiência	20%	R\$ 2.700,64
2.2	Atuação em 2ª instância	10%	R\$ 1.498,21
2.3	Sustentação oral perante Turmas Recursais	10%	R\$ 1.241,52

MINUTA – EM FASE DE APLICAÇÃO

3 ADVOCACIA PERANTE OS TRIBUNAIS

	INDICATIVO	PERC. (%) MÍNIMO	Valor MÍNIMO
3.1	RECURSOS CÍVEIS E COMERCIAIS		
3.1.1	Interposição	5%	R\$ 3.845,06
3.1.2	Contrarrazões	5%	R\$ 3.845,06
3.2	RECURSOS CRIMINAIS		
3.2.1	Apelação		R\$ 5.175,64
3.2.2	Interposição ou contrariedade		R\$ 5.175,64
3.2.3	Carta testemunhável		R\$ 3.457,41
3.2.4	Agravo em execução		R\$ 3.845,06
3.2.5	Recurso em sentido estrito		R\$ 5.175,64
3.2.6	Habeas Corpus		R\$ 7.512,01
3.3	ATOS DIVERSOS		
3.3.1	Elaboração de memoriais		R\$ 3.457,41
3.3.2	Sustentação Oral em Tribunal local (presencial ou virtual)		R\$ 3.876,49
3.3.3	Sustentação Oral em Tribunal de outro Estado (presencial ou virtual)		R\$ 7.690,12

3.3.4	Sustentação Oral nos Tribunais Superiores (presencial ou virtual)		R\$ 8.287,31
3.3.5	Acompanhamento de recurso		R\$ 3.006,90
3.3.6	Embargos de declaração		R\$ 2.252,56
3.3.7	Embargos infringentes		R\$ 3.845,06
3.3.8	Embargos de divergência		R\$ 3.845,06
3.3.9	Agravo de instrumento		R\$ 3.761,24
3.3.10	Agravo regimental	5%	R\$ 3.006,90
3.3.11	Recurso adesivo		R\$ 3.845,06
3.3.12	Recurso ordinário		R\$ 6.181,43
3.3.13	Recurso Especial e Extraordinário		R\$ 10.686,54
3.3.14	Revisão Criminal		R\$ 7.690,12
3.3.15	Reclamação		R\$ 4.683,22
3.3.16	Correição Parcial		R\$ 7.690,12
3.3.17	Agravo Contra Denegação de Seguimento de Recurso Especial		R\$ 7.690,12
3.3.18	Contrarrazões no agravo contra denegação de seguimento de Recurso Especial		R\$ 7.690,12

3.3.19	Agravo Contra Denegação de Seguimento de Recurso Extraordinário		R\$ 7.690,12
3.3.20	Contrarrazões no Agravo Contra Denegação de Seguimento de Recurso Extraordinário		R\$ 7.690,12
3.3.21	Mandado de Segurança		R\$ 7.690,12
3.3.22	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas		R\$ 7.690,12
3.3.23	Incidente de Assunção de Competência		R\$ 7.690,12
3.3.24	Incidente de Arguição de Declaração de Inconstitucionalidade		R\$ 6.181,43

MINUTA - EM FASE DE



4 MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO ADMINISTRATIVO

	INDICATIVO	PERC. (%) MÍNIMO	Valor MÍNIMO
4.1	Defesa administrativa/Recurso perante órgãos extrajudiciais	10%	R\$ 2.546,91
4.2	Impugnação/Recurso contra edital de concurso público		R\$ 3.772,72
4.3	Acompanhamento em processo administrativo disciplinar		R\$ 4.190,80
4.4	Acompanhamento em sindicância		R\$ 2.095,40
4.5	Medidas cautelares administrativas		R\$ 3.143,10
4.6	Atuação perante conselhos profissionais	10%	R\$ 5.867,12
4.7	Defesa administrativa/Recurso administrativo em órgãos de defesa do consumidor	20%	R\$ 1.372,49
4.8	Procedimento especial – Mandado de Injunção		R\$ 7.333,90
4.9	Advocacia Trabalhista para servidores públicos	20%	R\$ 1.372,49
4.10	Licitações e contratos públicos	20%	R\$ 1.372,49

4.11	Acompanhamento de sessões e prazos em processo licitatório eletrônico	2%	
4.12	Acompanhamento de sessões e prazos em processo licitatório presencial	1,50%	
4.13	Acompanhamento em reuniões que envolvam processos licitatórios junto a órgãos públicos		
4.14	Petição intermediária em processo licitatório	1%	
4.15	Organização de documentos de credenciamento, proposta e habilitação para a licitação	2%	
4.16	Parecer de edital de licitação	3%	
4.17	Parecer sobre contrato público e termo aditivo	2,50%	
4.18	Impugnação de edital	3%	
4.19	Recurso ou contrarrazões em processo licitatório	3%	R\$ 3.143,10
4.20	Análise e/ou pedido de reequilíbrio financeiro de contrato público perante o ente contratante	5%	R\$ 5.238,50

4.21	Cobrança extrajudicial por inadimplência de contrato público	5%	R\$ 3.143,10
4.22	Propositura de defesa prévia/recurso em processo administrativo	15%	R\$ 5.762,35
4.23	Propositura de representação em processo administrativo	15%	R\$ 5.762,35
4.24	Propositura de pedido de reconsideração em processo administrativo	15%	R\$ 5.762,35
4.25	Elaboração de quesitos em processo administrativo/judicial	5%	R\$ 3.143,10
4.26	Impugnação à perícia em processo administrativo/judicial	15%	R\$ 3.143,10
4.27	Representação ou cautelar perante os tribunais de contas	10%	R\$ 8.381,60
4.28	Defesa em procedimentos perante os tribunais de contas	10%	R\$ 8.381,60
4.29	Processo de execução de contrato público	10%	R\$ 8.381,60
4.30	Assessoria em portais de licitações (para atualização de cadastros e certidões)		R\$ 1.571,55
4.31	Elaboração de resposta a ofício e notificação extrajudicial (simples)		R\$ 314,31
4.32	Elaboração de resposta a ofício e notificação extrajudicial (complexo)		R\$ 1.047,70
4.33	Consultoria para empresa em tema de licitação		R\$ 5.238,50
4.34	Defesa/Recurso em ações de improbidade, Ação Civil Pública e ações populares	10%	R\$ 8.381,60



5 ADVOCACIA EM DIREITO AERONÁUTICO

	INDICATIVO	PERC. (%) MÍNIMO	Valor MÍNIMO
5.1	Defesa administrativa em auto de infração	10%	R\$ 3.771,72
5.2	Recurso administrativo em auto de infração 1ª instância	10%	R\$ 4.400,34
5.3	Recurso administrativo em auto de infração 2ª instância	10%	R\$ 4.400,34
5.4	Recursos internos	10%	R\$ 4.400,34
5.5	Acompanhamentos em audiências		R\$ 2.200,17
5.6	Acompanhamento de procedimento de importação de aeronaves		R\$ 15.715,50
5.7	Análise/elaboração contratual - compra e venda de aeronaves		R\$ 5.238,50
5.8	Análise contratual - contratos internacionais		R\$ 7.333,90
5.9	Processo de transferência/averbação no RAB		R\$ 4.190,80
5.10	Ação anulatória de ato administrativo	20%	R\$ 8.381,60
5.11	Mandado de Segurança		R\$ 8.905,45
5.12	Processo de homologação de pistas de pouso e decolagem		R\$ 15.715,50



6 MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO AGRÁRIO

	INDICATIVO	PERC. (%) MÍNIMO	Valor MÍNIMO
6.1	Ações possessórias – móveis		R\$ 3.216,44
6.2	Ações possessórias – imóveis (interdito proibitório, manutenção e reintegração).		R\$ 5.615,67
6.3	Nunciação de obra nova		R\$ 4.976,58
6.4	Usucapião		R\$ 5.615,67
6.5	Divisão e demarcação		R\$ 4.976,58
6.6	Embargos de terceiro		R\$ 5.615,67
6.7	Habilitação		R\$ 4.012,69
6.8	Restauração de autos		R\$ 4.012,69
6.9	Das vendas a crédito com reserva de domínio		R\$ 4.012,69
6.10	Do juízo arbitral		R\$ 4.976,58
6.11	Da ação monitória		R\$ 2.849,74
6.12	Desapropriação direta		R\$ 5.689,01
6.13	Desapropriação indireta		R\$ 9.628,36
6.14	Ação de constituição, extinção de usufruto ou fideicomisso		R\$ 4.274,62
6.15	Mandado de Segurança		R\$ 6.422,40
6.16	Ação ordinária de despejo		R\$ 4.976,58
6.17	Atos/acompanhamento despejo/reintegração		R\$ 3.216,44



7 MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO AMBIENTAL

	INDICATIVO	PERC. (%) MÍNIMO	Valor MÍNIMO
7.1	PROCESSO ADMINISTRATIVO		
7.1.2	Defesa prévia	10%	R\$ 5.233,50
7.1.3	Recurso	10%	R\$ 5.238,50
7.1.4	Acompanhamento em audiência	3%	R\$ 1.571,55
7.1.5	Atuação ou acompanhamento em procedimentos de licenciamento ou certificação ambiental.		R\$ 8.591,14
7.1.6	Visita de campo		R\$ 1.257,24
7.1.7	Análise dos aspectos ambientais do contrato	10%	R\$ 2.933,56
7.2	PROCESSO CONTENCIOSO		
7.2.1	Defesa em Inquérito Civil		R\$ 6.286,20
7.2.2	Atuação em Processo Civil (1ª instância)	20%	R\$ 8.381,60
7.2.3	Atuação em Ação Civil Pública (1ª instância)	10%	R\$ 12.572,40

7.2.4	Atuação em audiência isolada para coleta de provas		R\$ 3.143,10
7.2.5	Atuação isolada em termo de ajustamento de conduta		R\$ 4.774,65
7.2.6	Acompanhamento em estudos ambientais	15%	R\$ 8.381,60
7.2.7	Parecer sobre interpretação de normas ambientais, sobre projeto ambiental ou sobre qualquer tipo de lançamento realizado contra o interessado	5%	R\$ 5.133,73
7.2.8	Atuação em procedimento extrajudicial cujo objeto seja crime ambiental		R\$ 6.286,20
7.2.9	Atuação em processo judicial cujo objeto seja crime ambiental		R\$ 8.381,60

MINUTA - EM FASE

8 ADVOCACIA EM DIREITO ANIMALISTA

	INDICATIVO	PERC. (%) MÍNIMO	Valor MÍNIMO
8.1	NA ÁREA ADMINISTRATIVA		
8.1.1	Defesa de auto de infração	10%	R\$ 4.358,43
8.1.2	Manifestações em geral	10%	R\$ 4.358,43
8.2	ELEIÇÕES DE ASSOCIAÇÕES, ONGS E CONGÊNERES		
8.2.1	Elaboração de estatuto e/ou regi- mento		R\$ 7.260,56
8.2.2	Integrar como presidente da comissão de conselho municipal e/ou estadual e/ou nacional de proteção animal		R\$ 3.834,58
8.2.3	Assessoria de comissão de conselho de proteção animal – a hora		R\$ 1.278,19
8.2.4	Pareceres		R\$ 4.358,43
8.3	DA FAMÍLIA MULTIESPÉCIE		
8.3.1	Reconhecimento e/ou dissolução de união estável com pedido de guarda unilateral de animal não humano		Acrescenta-se R\$1.000,00 ao ato correspondente na Tabela 16
8.3.2	Reconhecimento e/ou dissolução de união estável com pedido de guarda compartilhada de animal não humano		Acrescenta-se R\$1.700,00 ao ato correspondente na Tabela 16
8.3.3	Divórcio com pedido de guarda unila- teral de animal não humano		Acrescenta-se R\$1.000,00 ao ato correspondente na Tabela 16
8.3.4	Divórcio com pedido de guarda com- partilhada de animal não humano		Acrescenta-se R\$1.700,00 ao ato correspondente na Tabela 16
8.3.5	Alimentos		Acrescenta-se R\$1.000,00 ao ato correspondente na Tabela 16



9 ADVOCACIA EM DIREITO BANCÁRIO

	INDICATIVO	PERC. (%) MÍNIMO	Valor MÍNIMO
9.1	Parecer Jurídico/Legal Opinion acerca do regulatório referente ao Banco Central e seus órgãos e autarquias		R\$ 3.143,10
9.2	Consultoria para estruturação, criação de Fintechs, Instituições de Pagamentos e outras de Pequeno Porte incluindo Adequação conforme regulações do Banco Central		R\$ 104.770,00
9.3	Consultoria, criação e assessoramento de Empresa Simples de Crédito (LC 167/2019)		R\$ 52.385,00
9.4	Consultoria e elaboração de atos constitutivos de cooperativas de crédito, instituições de microcrédito, instituições de seguro e resseguro		R\$ 10.477,00
9.5	Embargos do executado, monitórios e/ou defesas do devedor, crédito rural ou não		R\$ 6.286,20
9.6	Assessoria mensal para instituições financeiras		R\$ 5.238,50
9.7	Assessoria para constituição de Fundos de Investimento, FIAGRO, FIDIC e outros		R\$ 104.770,00
9.8	Consultoria em Blockchain, Bitcoins, Tokenização de ativos, NFT e demais relacionados		R\$ 52.385,00
9.9	Ações judiciais relacionadas a financiamentos imobiliários		R\$ 5.238,50
9.10	Embargos do Executado, monitórios e/ou defesas do devedor, crédito rural ou não		R\$ 6.286,20

9.11	Ações indenizatórias (cobrança indevida, venda casada, negativação indevida, cartão de crédito não solicitado, entre outras)		R\$ 3.143,10
9.12	Ação Revisional		R\$ 5.238,50
9.13	Acompanhamento de cliente em reunião com gerentes/negociações		R\$ 1.047,70
9.14	Parecer jurídico sobre contrato bancário		R\$ 3.143,10
9.15	Negociação extrajudicial junto à instituição financeira		R\$ 5.238,50
9.16	Defesa e atuação em Ação Civil Pública		R\$ 10.477,00
9.17	Defesa em ações indenizatórias (cobrança indevida, negativação indevida, cartão de crédito não solicitado, entre outras)		R\$ 4.190,80
9.18	Execução de título extrajudicial		R\$ 5.238,50



10 ADVOCACIA EM DIREITO CIVIL

	INDICATIVO	PERC. (%) MÍNIMO	Valor MÍNIMO
10.1	MEDIDAS CAUTELARES		
10.1.1	Notificação, interpelação e protesto		R\$ 2.242,08
10.1.2	Antecedentes	5%	R\$ 2.242,08
10.1.3	Se formulado pedido principal	10%	R\$ 1.498,21
10.2	MANDADO DE SEGURANÇA		
10.2.1	Sem valor declarado		R\$ 3.735,05
10.2.2	Com valor declarado	10%	R\$ 4.033,65
10.2.3	Acréscimo por litisconsorte		R\$ 1.498,21

MINUTA - EM FASE

10.3	EXECUÇÃO		
10.3.1	Execução de título extrajudicial	10%	R\$ 2.991,18
10.3.2	Cumprimento de sentença	10%	R\$ 2.991,18
10.4	DEFESA AO EXECUTADO		
10.4.1	Embargos à execução	10%	R\$ 2.242,08
10.4.2	Exceção de pré-executividade	10%	R\$ 1.912,05
10.5	AÇÕES FUNDADAS EM DIREITO REAL		
10.5.1	Divisão ou demarcação	10%	R\$ 8.952,60
10.5.2	Cumuladas	10%	R\$ 10.744,16
10.5.3	Usucapião	10%	R\$ 9.701,70
10.5.4	Desapropriação	10%	R\$ 9.701,70
10.5.5	Reivindicatória	10%	R\$ 9.701,70
10.5.6	Ações petitórias	10%	R\$ 5.977,13
10.5.7	Ação declaratória autônoma	10%	R\$ 3.735,05
10.5.8	Registro de Torrens sem oposição	5%	R\$ 3.824,11
10.5.9	Registro de Torrens com oposição	10%	R\$ 7.637,73
10.5.10	Especialização de hipoteca legal		R\$ 1.943,48

10.6	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS		
10.6.1	Consignação em pagamento	10%	R\$ 2.991,18
10.6.2	Ação monitória	10%	R\$ 2.991,18
10.6.3	Alienação judicial	10%	R\$ 2.540,67
10.6.4	Ação de exigir contas (cada fase)		R\$ 2.242,08
10.6.5	Homologação do penhor legal	10%	R\$ 2.242,08
10.6.6	Oposição	10%	R\$ 2.242,08
10.6.7	Regulação de avaria grossa	10%	R\$ 1.912,05
10.6.8	Restauração dos autos	10%	R\$ 1.912,05
10.6.9	Intervenção de terceiros	10%	R\$ 2.242,08
10.7	AÇÕES COLETIVAS		
10.7.1	Ação Popular	10%	R\$ 4.484,16
10.7.2	Ação Civil Pública	10%	R\$ 4.484,16
10.7.3	Mandado de Segurança Coletivo	10%	R\$ 4.484,16



11 ADVOCACIA EM DIREITO CONSUMIDOR

	INDICATIVO	PERC. (%) MÍNIMO	
11.1	FASE ADMINISTRATIVA		
11.1.1	Procedimento ou defesa administrativa sobre o valor econômico envolvido, como mandatário da empresa	20%	R\$ 2.828,79
11.1.2	Parecer sobre normas de relação de consumo		R\$ 3.403,07
11.1.3	Acompanhamento PROCON, notificação extrajudicial, agências reguladoras e sites de resolução extrajudicial sem benefício econômico		R\$ 733,39
11.1.4	Acompanhamento PROCON, notificação extrajudicial, agências reguladoras e sites de resolução extrajudicial com benefício econômico		R\$ 1.364,11
11.1.5	Defesa administrativa de órgãos de defesa do consumidor	20% do valor da multa mínima	R\$ 1.364,11
11.1.6	Recurso administrativo em órgãos de defesa ao consumidor	20% do valor da multa mínima	R\$ 1.364,11
11.2	FASE JUDICIAL		
11.2.1	Ação judicial movida pelo consumidor, visando a responsabilizar o fornecedor pelo fato do produto e do serviço	20%	R\$ 4.092,32
11.2.2	Ação judicial movida pelo consumidor, visando responsabilizar o fornecedor por vício do produto e do serviço	20%	R\$ 4.092,32
11.2.3	Ação judicial movida pelo consumidor, visando responsabilizar o fornecedor por publicidade enganosa ou abusiva	20%	R\$ 4.092,32
11.2.4	Ação judicial movida pelo consumidor, visando a nulidade de cláusulas abusivas constantes em contratos de consumo	20%	R\$ 4.092,32
11.2.5	Ação judicial movida pelo consumidor, visando responsabilizar o fornecedor pela negativação indevida	20%	R\$ 4.092,32

11.2.6	Ação judicial movida pelo consumidor, visando responsabilizar o fornecedor pela falha na prestação do serviço de transporte aéreo (acidente aéreo, atraso de voo, cancelamento de voo, extravio de bagagem)	20%	R\$ 4.092,32
11.2.7	Ação judicial movida pelo consumidor, vítima de fraude	20%	R\$ 4.092,32
11.2.8	Ação judicial movida pelo consumidor, visando responsabilizar o fornecedor pelo descumprimento contratual	20%	R\$ 4.092,32
11.2.9	Defesa em ação judicial movida pelo consumidor, sobre o valor atualizado da ação.	20%	R\$ 4.092,32
11.2.10	Atuação em audiência isolada, para coleta de prova oral		R\$ 2.093,30
11.2.11	Representação em convenção coletiva de consumo – Representação de entidade civil de consumidores		R\$ 4.189,75
11.2.12	Representação em convenção coletiva de consumo – Representação de associação de fornecedores		R\$ 5.760,25
11.2.13	Representação em convenção coletiva de consumo – Representação de sindicato de categoria econômica de consumidores e de fornecedores		R\$ 8.150,06
11.2.14	Consultoria sem vínculo empregatício – Consultoria de empresas de pequeno porte		R\$ 4.106,98
11.2.15	Consultoria sem vínculo empregatício – Consultoria de empresas de médio porte		R\$ 6.284,10
11.2.16	Consultoria sem vínculo empregatício – Consultoria de empresas de grande porte		R\$ 7.857,75
11.2.17	Consultoria sem vínculo empregatício – Consultoria de Entidade civil de consumidores		R\$ 7.857,75
11.2.18	Consultoria sem vínculo empregatício – Consultoria de associações de fornecedores		R\$ 7.857,75
11.2.19	Consultoria sem vínculo empregatício – Consultoria de sindicato de categoria econômica de consumidores e de fornecedores		R\$ 9.953,15



12 MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO DESPORTIVO

	INDICATIVO	PERC. (%) MÍNIMO	Valor MÍNIMO
12.1	Procedimento que tramita em Comissão Disciplinar de Tribunal de Justiça Desportiva		R\$ 1.382,96
12.2	Procedimento que tramita em Tribunal de Justiça Desportiva (Tribunal Pleno)		R\$ 1.812,52
12.3	Procedimento que tramita em Comissão Disciplinar de Superior Tribunal de Justiça Desportiva		R\$ 1.812,52
12.4	Procedimento que tramita em Superior Tribunal de Justiça Desportiva (Tribunal Pleno)		R\$ 2.556,39
12.5	Defesa perante a Justiça Desportiva por denunciado (1°. Grau CD do TJD)		R\$ 1.602,98
12.6	Defesa perante a Justiça Desportiva por denunciado (2°. Grau, oriundos dos TJDs, CD e Pleno do STJD)		R\$ 2.765,93
12.7	Procedimentos especiais junto à Justiça Desportiva		R\$ 3.405,03
12.8	Procedimento litigioso na defesa de interesse de cliente (clube, agente, atleta, etc.) frente à FIFA e TAS-CAS		R\$ 17.014,65
12.9	Participação em painel: audiência (presenciais ou online)/recurso. Os valores de matéria desportiva são acrescidos de 20% caso a atuação envolva atletas, clubes e contratos em língua estrangeira	20%	

12.10	PROCEDIMENTOS PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO E CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL - CNRD		
12.10.1	Patrocínio de reclamante – sobre a condenação ou acordo	20%	R\$ 4.253,66
12.10.2	Acréscimo em caso de Recurso Ordinário	5%	R\$ 1.424,87
12.10.3	Acréscimo em caso de Recurso de Revista	5%	R\$ 2.839,27
12.10.4	Patrocínio de reclamado – sobre a condenação ou acordo	20%	R\$ 4.253,66
12.10.5	Acréscimo em caso de Recurso Ordinário	5%	R\$ 1.424,87
12.10.6	Acréscimo em caso de Recurso de Revista	5%	R\$ 2.839,27
12.10.7	Consultoria Jurídica, sem vínculo empregatício, entidade de prática desportiva com mais de 35 atletas e/ou membro(s) de comissão(ões) técnica(s)		R\$ 14.185,86
12.10.8	Consultoria Jurídica, sem vínculo empregatício, entidade de prática desportiva com menos de 35 atletas e/ou membro(s) de comissão(ões) técnica(s)		R\$ 7.092,93
12.10.9	Ação Cível: procedimento ordinário (proposição ou defesa)	20%	R\$ 7.092,93
12.10.10	Ação Cível: procedimento sumário (proposição ou defesa)	20%	R\$ 4.253,66
12.10.11	Procedimento de Mecanismo de Solidariedade, Indenização por Formação e Training Compensation	20%	
12.11	ESPORTES ELETRÔNICOS		
12.11.1	Procedimento administrativo nacional comum em publisher ou organizador		R\$ 1.037,22
12.11.2	Procedimento administrativo comum em publisher ou organizador internacional		R\$ 1.550,60

12.12	ESPORTES ELETRÔNICOS – PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES		
12.12.1	Procedimento disciplinar nacional em publisher ou organizador		R\$ 1.414,40
12.12.2	Procedimento disciplinar internacional em publisher ou organizador		R\$ 2.127,35
12.12.3	Defesa em processo disciplinar nacional em publisher ou organizador		R\$ 1.550,60
12.12.4	Acréscimo em grau recursal de processo disciplinar nacional	100 %	R\$ 1.550,60
12.12.5	Defesa em processo disciplinar internacional em publisher ou organizador		R\$ 2.315,42
12.12.6	Acréscimo em grau recursal de processo disciplinar internacional	100%	R\$ 2.315,42
12.12.7	Procedimento especial regulamentar nacional em publisher ou organizador		R\$ 3.090,72
12.12.8	Procedimento especial regulamentar internacional em publisher ou organizador		R\$ 4.599,40
12.13	PROCEDIMENTOS DIVERSOS		
12.13.1	Procedimento litigioso na defesa do interesse de cliente (clube, agente, atleta, etc.) frente às publishers, organizadoras e correlatas, em nível nacional.		R\$ 7.082,45
12.13.2	Procedimento litigioso na defesa do interesse de cliente (clube, agente, atleta, etc.)		R\$ 9.974,10
12.13.3	Participação como membro de tribunal disciplinar (diária)		R\$ 167,63



13 MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO DIGITAL

	INDICATIVO	PERC. (%) MÍNIMO	Valor MÍNIMO
13.1	NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL		
13.1.1	Para desbloqueio e/ou reativação de conta em rede social		R\$ 1.131,52
13.1.2	Desbloqueio e/ou reativação de conta em marketplace em mercado nacional		R\$ 1.131,52
13.1.3	Para desbloqueio e/ou reativação de conta em marketplace em mercado internacional		R\$ 1.582,03
13.1.4	Para remoção de conteúdo online		R\$ 1.131,52
13.2	TERMOS DIGITAIS		
13.2.1	Termos de uso de site		R\$ 1.288,67
13.2.2	Termo de uso de software e/ou aplicativo		R\$ 1.288,67
13.2.3	Termo de políticas de privacidade		R\$ 3.216,44
13.2.4	Termo de autorização de uso de imagem		R\$ 1.288,67
13.3	CONTRATOS DIGITAIS		
13.3.1	Contrato de desenvolvimento de software	3%	R\$ 2.409,71
13.3.2	Contrato de desenvolvimento de website	3%	R\$ 2.409,71
13.3.3	Contrato de desenvolvimento de aplicativo	3%	R\$ 2.409,71

13.3.4	Contrato de fornecimento de tecnologia	3%	R\$ 2.409,71
13.3.5	Contrato de cessão de uso de tecnologia e/ou software	3%	R\$ 2.409,71
13.3.6	Contrato de cessão de tecnologia e/ou software	3%	R\$ 2.409,71
13.3.7	Contrato de cooperação tecnológica	3%	R\$ 2.409,71
13.3.3	Contrato de escrow (código-fonte)	5%	R\$ 3.216,44
13.4	CONTRATOS DE MARKETING DIGITAL		
13.4.1	Contrato de marketing digital	3%	R\$ 1.602,98
13.4.2	Contrato de gestão de tráfego	3%	R\$ 1.602,98
13.4.3	Contrato de social média/gestão de mídias sociais	3%	R\$ 1.602,98
13.4.4	Contrato de copywriting	3%	R\$ 1.602,98
13.4.5	Contrato de criação de branding	3%	R\$ 1.602,98
13.4.6	Contrato de parceria para lançamento de produto digital	3%	R\$ 1.602,98
13.4.7	Contrato de agenciamento de digital influencer	3%	R\$ 1.602,98
13.5	AÇÕES DIGITAIS		
13.5.1	Ação de desbloqueio e/ou reativação de conta digital	20%	R\$ 3.216,44
13.5.2	Ação de desbloqueio e/ou reativação de conta em marketplace	20%	R\$ 3.216,44
13.5.3	Ação para remoção de conteúdo online	20%	R\$ 3.216,44
13.5.4	Ação para identificação de usuário em plataforma digital	20%	R\$ 3.216,44
13.5.5	Defesas judiciais e administrativas em ações relacionadas a direito digital	20%	R\$ 3.216,44



14 ADVOCACIA EM DIREITO ELEITORAL

14.1	Representação Eleitoral, Ação de Investigação Judicial Eleitoral, Ação de Impugnação de Mandato Eletivo ou Ação de Impugnação de Registro de Candidatura		R\$ 10.277,94
14.2	Ação cautelar eleitoral antecedente		R\$ 8.601,62
14.3	Mandado de Segurança		R\$ 8.601,62
14.4	Habeas Corpus		R\$ 8.601,62
14.5	Defesa perante o juízo eleitoral		R\$ 8.601,62
14.6	Defesa perante ao TRE		R\$ 17.025,13
14.7	Defesa perante ao TSE		R\$ 25.521,97
14.8	Prestação de contas		R\$ 10.277,94
14.9	Ação de decretação de perda de mandato eletivo por infidelidade partidária e/ou reconhecimento de justa causa para desfiliação		R\$ 10.634,16
14.10	Consultoria e assessoramento jurídico mensal de partidos políticos (diretórios estaduais)	15% do fundo partidário recebido	R\$ 10.634,16
14.11	Assessoramento jurídico mensal do período da pré-campanha às convenções		R\$ 10.634,16



15 ADVOCACIA EM DIREITO EMPRESARIAL

	INDICATIVO	PERC. (%) MÍNIMO	Valor MÍNIMO
15.1	Assessoria na elaboração de contrato de franquia	3% sobre o valor do contrato	
15.2	Ação revocatória	5%	R\$ 4.253,66
15.3	FALÊNCIA		
15.3.1	Requerida pelo devedor (autofalência) quanto pelo Credor, sobre o valor do crédito – ME/EPP	3%	R\$ 20.954,00
15.3.2	Requerida pelo devedor (autofalência) quanto pelo credor, sobre o valor do crédito	5%	R\$ 52.385,00
15.3.3	Pedido de destituição/substituição de administrador judicial		R\$ 10.477,00
15.4	RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL		
15.4.1	Pedido e acompanhamento de recuperação extrajudicial sobre o valor do passivo – ME/EPP	3%	R\$ 20.954,00
15.4.2	Pedido e acompanhamento de recuperação extrajudicial sobre o valor do passivo	5%	R\$ 52.385,00
15.4.3	Elaboração e pedido de homologação de recuperação sobre o valor do passivo	3%	R\$ 52.385,00

15.5	RECUPERAÇÃO JUDICIAL		
15.5.1	Pedido e acompanhamento de recuperação judicial sobre o valor do passivo – ME/EPP	5%	R\$ 52.385,00
15.5.2	Pedido e acompanhamento de recuperação judicial sobre o valor do passivo	5%	R\$ 104.770,00
15.5.3	Pedido de destituição/substituição de administrador judicial		R\$ 10.477,00
15.6	HABILITAÇÕES/IMPUGNAÇÕES DE CRÉDITOS		
15.6.1	Habilitação/divergência administrativa	5%	R\$ 1.047,70
15.6.2	Habilitação/impugnação judicial (sobre o valor do crédito)	10%	R\$ 5.238,50
15.6.3	Ação de retificação, reclassificação ou exclusão de crédito (artigo 19 da Lei 11.101/05)	10%	R\$ 10.477,00
15.6.4	Não impugnados, sobre o valor habilitado	10%	R\$ 3.656,47
15.6.5	Impugnados, sobre o valor habilitado	15%	R\$ 4.253,66
15.6.6	Pedido de restituição de afins	10%	R\$ 4.253,66
15.7	SOCIETÁRIO LITIGIOSO		
15.7.1	Ação de dissolução parcial ou total de sociedade	5%	R\$ 5.322,32
15.7.2	Incidente de desconsideração de personalidade jurídica (pedido de defesa)	5%	R\$ 5.322,32
15.7.3	Dissolução e liquidação de sociedades – sobre rateio recebido	10%	R\$ 8.245,40
15.7.4	Dissolução e liquidação de sociedades – sobre o valor do passivo (não incluída defesa criminal)	5%	R\$ 8.245,40

15.7.5	Ação de nulidade de assembleia ou reunião de sócios		R\$ 4.253,66
15.7.6	Ação de responsabilidade de administrador societário		R\$ 5.322,32
15.7.7	Ação de anulação de constituição de pessoa jurídica		R\$ 5.322,32
15.7.8	Ação de exigir contas		R\$ 5.322,32
15.8	SOCIETÁRIO CONSULTIVO		
15.8.1	Memorando de entendimentos e/ou Letter Of Intentions		R\$ 1.592,50
15.8.2	Contrato social de sociedade LTDA		R\$ 1.592,50
15.8.3	Estatuto social de associação		R\$ 1.592,50
15.8.4	Estatuto social de sociedade anônima e cooperativa		R\$ 4.243,19
15.8.5	Contrato social de sociedade com propósito específico		R\$ 4.243,19
15.8.6	Acordo de sócios e acordo de acionistas		R\$ 4.243,19
15.8.7	Acompanhamento de fusão e aquisição	3%	R\$ 5.311,84
15.8.8	Mutação societária		R\$ 1.592,50
15.9	SOCIETÁRIO CONSULTIVO		
15.9.1	Pedido de registro de marca		R\$ 1.592,50
15.9.2	Pedido de registro de patente		R\$ 3.729,81
15.9.3	Ação de nulidade de registro de marca		R\$ 4.243,19
15.9.4	Ação de nulidade de registro de patente		R\$ 6.370,02
15.9.5	Contrato de autorização, licença e/ou uso		R\$ 2.126,83



16 ADVOCACIA EM DIREITO DE FAMÍLIA

	INDICATIVO	PERC. (%) MÍNIMO	Valor MÍNIMO
16.1	SEPARAÇÃO JUDICIAL CONSENSUAL - SEM BENS A SEREM PARTILHADOS		
16.1.1	Como patrono de ambas as partes		R\$ 7.721,55
16.1.2	Como patrono de uma das partes		R\$ 4.598,36
16.2	SEPARAÇÃO JUDICIAL CONSENSUAL - COM BENS A SEREM PARTILHADOS		
16.2.1	Como patrono de ambas as partes	10% sobre o quinhão	R\$ 7.721,55
16.2.2	Como patrono de uma das partes	10% sobre o quinhão	R\$ 6.108,09
16.3	SEPARAÇÃO JUDICIAL LITIGIOSA		
16.3.1	Sem bens a serem partilhados		R\$ 9.358,06
16.3.2	Com bens a serem partilhados		R\$ 9.588,55
16.4	SEPARAÇÃO 0, EXTRAJUDICIAL - SEM BENS A SEREM PARTILHADOS		
16.4.1	Como patrono de ambas as partes		R\$ 3.687,90
16.4.2	Como patrono de uma das partes		R\$ 2.477,81

16.5	SEPARAÇÃO EXTRAJUDICIAL – COM BENS A SEREM PARTILHADOS		
16.5.1	Como patrono de ambas as partes	5% sobre o quinhão	R\$ 4.598,36
16.5.2	Como patrono de uma das partes	5% sobre o quinhão	R\$ 3.687,90
16.6	RECONHECIMENTO E/OU DISSOLUÇÃO JUDICIAL CONSENSUAL DE UNIÃO ESTÁVEL – SEM BENS A SEREM PARTILHADOS		
16.6.1	Como patrono de ambas as partes		R\$ 6.442,31
16.6.2	Como patrono de uma das partes		R\$ 5.520,33
16.7	RECONHECIMENTO E/OU DISSOLUÇÃO JUDICIAL CONSENSUAL DE UNIÃO ESTÁVEL – COM BENS A SEREM PARTILHADOS		
16.7.1	Como patrono de ambas as partes	10% sobre o quinhão	R\$ 6.430,78
16.7.2	Como patrono de uma das partes	10% sobre o quinhão	R\$ 5.151,54
16.8	RECONHECIMENTO E/OU DISSOLUÇÃO JUDICIAL LITIGIOSA DE UNIÃO ESTÁVEL		
16.8.1	Sem bens a serem partilhados		R\$ 8.770,30
16.8.2	Com bens a serem partilhados e/ou guarda ou alimentos	10% sobre o quinhão	R\$ 10.533,58

16.9	RECONHECIMENTO E/OU DISSOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE UNIÃO ESTÁVEL – SEM BENS A SEREM PARTILHADOS		
16.9.1	Como patrono de ambas as partes		R\$ 3.860,77
16.9.2	Como patrono de uma das partes		R\$ 2.466,29
16.10	RECONHECIMENTO E/OU DISSOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE UNIÃO ESTÁVEL – COM BENS A SEREM PARTILHADOS		
16.10.1	Como patrono de ambas as partes	10% sobre o quinhão	R\$ 4.817,32
16.10.2	Como patrono de uma das partes	10% sobre o quinhão	R\$ 3.860,77
16.11	CONVERSÃO CONSENSUAL DE SEPARAÇÃO EM DIVÓRCIO – SEM BENS A SEREM PARTILHADOS		
16.11.1	Como patrono de ambas as partes		R\$ 4.598,36
16.11.2	Como patrono de uma das partes		R\$ 3.238,44
16.12	CONVERSÃO CONSENSUAL DE SEPARAÇÃO EM DIVÓRCIO – COM BENS A SEREM PARTILHADOS		
16.12.1	Como patrono de ambas as partes	10%	R\$ 4.828,85
16.12.2	Como patrono de uma das partes	10%	R\$ 3.860,77

16.13	CONVERSÃO LITIGIOSA DE SEPARAÇÃO EM DIVÓRCIO		
16.13.1	Sem bens a serem partilhados		R\$ 5.520,33
16.13.2	Com bens a serem partilhados e/ou guarda ou alimentos	10%	R\$ 8.274,73
16.14	DIVÓRCIO CONSENSUAL - SEM BENS A SEREM PARTILHADOS		
16.14.1	Como patrono de ambas as partes		R\$ 6.350,11
16.14.2	Como patrono de uma das partes		R\$ 4.624,55
16.15	DIVÓRCIO CONSENSUAL - COM BENS A SEREM PARTILHADOS E/OU GUARDA E ALIMENTOS		
16.15.1	Como patrono de ambas as partes		R\$ 7.571,73
16.15.2	Como patrono de uma das partes		R\$ 6.061,99
16.16	DIVÓRCIO LITIGIOSO		
16.16.1	Sem bens a serem partilhados		R\$ 7.571,73
16.16.2	Com bens a serem partilhados e/ou guarda ou alimentos	10% sobre o quinhão	R\$ 11.501,65
16.16.3	Reconvenção	10% sobre o quinhão	R\$ 11.501,65
16.17	DIVÓRCIO EXTRAJUDICIAL - SEM BENS A SEREM PARTILHADOS		
16.17.1	Como patrono de ambas as partes		R\$ 3.676,38
16.17.2	Como patrono de uma das partes		R\$ 2.471,52

16.18	DIVÓRCIO EXTRAJUDICIAL - COM BENS A SEREM PARTILHADOS		
16.18.1	Como patrono de ambas as partes	5% sobre o quinhão	R\$ 4.598,36
16.18.2	Como patrono de uma das partes	5% sobre o quinhão	R\$ 3.676,38
16.19	ALIMENTOS - PROCESSO DE CONHECIMENTO		
16.19.1	Provisórios (requeridos em caráter antecedente ou incidente)	5%	R\$ 4.218,04
16.19.2	Ação de alimentos		R\$ 4.218,04
16.19.3	Defesa nas execuções de alimentos		R\$ 2.535,43
16.19.4	Revisão, exoneração, redução ou majoração	10%	R\$ 4.218,04
16.19.5	Ação de oferta de alimentos		R\$ 4.218,04
16.20.1	Alimentos transitórios	5%	R\$ 3.883,82
16.20.2	Alimentos compensatórios	5%	R\$ 3.883,82
16.20.3	Defesa e acompanhamento		R\$ 2.812,03
16.21	ALIMENTOS - PROCESSO DE EXECUÇÃO		
16.21.1	Alimentícia	10%	R\$ 4.921,05
16.21.2	Impugnação		R\$ 4.679,03
16.22	ALIMENTOS - PROCEDIMENTOS ESPECIAIS		
16.22.1	Habeas Corpus, relaxamento de prisão por alimentos ou Mandado de Segurança		R\$ 4.679,03

16.23	AÇÕES DE GUARDA		
16.23.1	Ação de guarda litigiosa		R\$ 9.945,82
16.23.2	Homologação de guarda		R\$ 3.526,56
16.23.3	Ação de alteração de guarda		R\$ 9.945,82
16.23.4	Defesa nas ações de guarda		R\$ 9.945,82
16.23.5	Conversão de guarda definitiva/provisória em adoção		R\$ 6.905,39
16.23.6	Ação de guarda litigiosa genitor(a) com residência fixa no exterior		R\$ 11.467,08
16.23.7	Ação de modificação de guarda genitor(a) com residência fixa no exterior		R\$ 11.467,08
16.23.8	Regulamentação de visitas		R\$ 5.601,00
16.24	PROCEDIMENTOS DIVERSOS		
16.24.1	Nulidade ou anulação de casamento e/ou ação de nulidade de atos jurídicos		R\$ 11.789,77
16.24.2	Restabelecimento da sociedade conjugal		R\$ 3.676,38
16.24.3	Interdição		R\$ 5.278,31
16.24.4	Emancipação		R\$ 3.203,87
16.24.5	Acompanhamento para emancipação voluntária		R\$ 1.571,55
16.24.6	Emancipação judicial		R\$ 3.203,87
16.24.7	Suprimento de consentimento		R\$ 2.593,06
16.24.8	Busca e apreensão de menores internacional-procedimento de repatriação		R\$ 14.624,84

16.24.9	Busca e apreensão de menores nacional		R\$ 7.018,54
16.24.10	Ação judicial de alvará para venda judicial de bens de menores		R\$ 5.266,79
16.24.11	Retificação de registro cível		R\$ 4.563,78
16.24.12	Separação de corpos requerida em caráter antecedente		R\$ 3.203,87
16.24.13	Sequestro de bens requerida em caráter antecedente		R\$ 4.794,28
16.24.14	Ação de declaratória de danos morais por abandono afetivo e outros decorrentes da relação de afeto		R\$ 3.987,55
16.24.15	Autorização judicial para viagens de menor		R\$ 3.745,53
16.24.16	Ação de suprimento de outorga		R\$ 5.036,29
16.24.17	Contrato de namoro		R\$ 2.927,27
16.24.18	Contrato/minuta de união estável		R\$ 2.927,27
16.24.19	Ação de reconhecimento de união estável post mortem		R\$ 10.533,58
16.24.20	Ação declaratória ou incidental de alienação parental		R\$ 11.697,57
16.24.21	Minuta de pacto antenupcial		R\$ 9.358,06
16.24.22	Composição pré-processual CEJUSC		R\$ 3.710,95
16.24.23	Audiência de conciliação		R\$ 3.710,95
16.24.24	Audiência de mediação		R\$ 3.710,95
16.24.25	Audiência de instrução		R\$ 5.854,55

16.24.26	Acompanhamento com oficial de justiça para cumprimento de mandados com a presença de força policial em ações de busca e apreensão de menores		R\$ 1.257,24
16.24.27	Diligências junto ao oficial de justiça para o cumprimento de mandados		R\$ 210,97
16.24.28	Curatela litigiosa		R\$ 8.182,54
16.24.29	Tutela ou curatela (consensuais)		R\$ 5.278,31
16.24.30	Ação de exibição de contas na curatela (valor mensal de manutenção)		R\$ 714,53
16.24.31	Acompanhamento junto ao conselho tutelar para cliente prestar esclarecimento sobre caso em observação pelo colegiado		R\$ 1.257,24
16.24.32	Acompanhamento junto à defensoria pública em sessões de conciliação/ mediação pré-processual de parte não assistida em material de família		R\$ 1.257,24
16.24.33	Contratos pós-nupciais		R\$ 4.714,65
16.24.34	Diligências para habilitação em casamento		R\$ 1.571,55
16.24.35	Diligências junto à detetive particular em matéria de família		R\$ 523,85
16.24.36	Investigação de paternidade/maternidade		R\$ 7.084,55

16.24.37	Investigação com petição de herança ou alimentos	10%	R\$ 9.634,65
16.24.38	Reconhecimento de paternidade/maternidade – via judicial		R\$ 5.016,39
16.24.39	Reconhecimento de paternidade/maternidade – via administrativa		R\$ 2.456,86
16.24.40	Reconhecimento de paternidade/maternidade – via administrativa		R\$ 7.115,98
16.24.41	Ação rescisória de reconhecimento de paternidade		R\$ 7.115,98
16.24.42	Pedido de medida protetiva em ação de família – lei 13.894/19		R\$ 5.016,39
16.24.43	Ação de alteração de regime de bens com bens a serem partilhados		R\$ 6.810,05
16.24.44	Ação de alteração de regime de bens sem bens a serem partilhados		R\$ 3.666,95

MINUTA – EM FASE



17 ADVOCACIA EM DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

	INDICATIVO	PERC. (%) MÍNIMO	Valor MÍNIMO
17.1	Acompanhamento do adolescente em delegacia especializada - em horário diurno (das 07h às 19h)		R\$ 1.791,57
17.2	Acompanhamento do adolescente em delegacia especializada - em horário noturno (das 19h às 07h)		R\$ 4.497,78
17.3	Audiência de oitiva informal perante o Ministério Público (audiência do art. 179 do Estatuto da Criança e do Adolescente)		R\$ 5.238,50
17.4	Pedido de revogação de internação provisória		R\$ 7.040,54
17.5	Habeas Corpus no horário de expediente		R\$ 14.238,24
17.6	Habeas Corpus perante plantão		R\$ 20.954,00
17.7	Defesa técnica em execução de medidas socioeducativas		R\$ 7.040,54
17.8	Acompanhamento da formulação do Plano Individual de Atendimento		R\$ 7.040,54
17.9	Impugnação ao Plano Individual de Atendimento		R\$ 7.040,54
17.10	Audiência de reavaliação de medida socioeducativa		R\$ 7.040,54
17.11	Defesa em procedimento de aplicação de sanção disciplinar a adolescente submetido a medida de internação		R\$ 7.040,54
17.12	Pedido incidental (revogação, unificação ou substituição de medida socioeducativa)		R\$ 7.040,54
17.13	Procedimentos relativos a ações coletivas e outros procedimentos especiais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente		R\$ 14.982,11

17.14	Representação de entidade em Ação civil Pública		R\$ 5.992,84
17.15	Defesa em procedimento relativo à imputação de irregularidades em entidades de atendimento e em procedimento relativo à aplicação de penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou ao adolescente		R\$ 2.692,59
17.16	ADOÇÃO		
17.16.1	Ação de habilitação à adoção no SNA (Sistema Nacional de Adoção)		R\$ 3.834,58
17.16.2	Ação de adoção de criança e adolescente já destituído do poder familiar		R\$ 5.793,78
17.16.3	Ação de adoção de maior de 18 anos consensual		R\$ 5.793,78
17.16.4	Ação de adoção de maior de 18 anos litigiosa		R\$ 7.323,42
17.16.5	Adoção direta (art. 50, parágrafo 13, ECA)		R\$ 5.793,78
17.16.6	Adoção pós-tuma consensual		R\$ 5.793,78
17.16.7	Adoção pós-tuma litigiosa		R\$ 7.323,42
17.16.8	Conversão de guarda provisória em adoção consensual		R\$ 4.473,68
17.16.9	Adoção internacional de criança e adolescente residentes no Brasil (brasileiro residente exterior)		R\$ 13.819,16
17.16.10	Adoção internacional de criança e adolescente residentes em outro país signatário da Convenção de Haia (brasileiro residente no Brasil)		R\$ 15.945,99
17.16.11	Adoção internacional de criança e adolescente residentes no Brasil por pretendentes estrangeiros (Convenção de Haia)		R\$ 15.945,99
17.16.12	Destituição do poder familiar		R\$ 4.452,73
17.16.13	Acompanhamento como terceiro interessado		R\$ 3.195,49
17.16.14	Ação de destituição do poder familiar c/c adoção		R\$ 6.705,28



18 ADVOCACIA EM DIREITO DAS SUCESSÕES

	INDICATIVO	PERC. (%) MÍNIMO	Valor MÍNIMO
18.1	Inventário sem litígio, extrajudicial, sobre o monte mor ou quinhão de cada herdeiro e/ou meeira	7%	R\$ 6.223,34
18.2	Inventário sem litígio, judicial, sobre o monte mor ou quinhão de cada herdeiro e/ou meeira	9%	R\$ 7.271,04
18.3	Inventário com litígio, sobre o monte mor ou quinhão de cada herdeiro e/ou meeira	10%	R\$ 7.113,88
18.4	Inventário negativo		R\$ 4.452,73
18.5	Reserva de bens requerida em caráter antecedente	10%	R\$ 3.792,67
18.6	Remoção de inventariante		R\$ 7.113,88
18.7	Ação de colação	10%	R\$ 5.332,79
18.8	Ação de doação inoficiosa	10%	R\$ 5.332,79
18.9	Abertura de testamento ou codicilo	10%	R\$ 10.665,59
18.10	Ação de nulidade de testamento	10%	R\$ 10.665,59

18.11	Ação anulatória de testamento	10%	R\$ 10.665,59
18.12	Ação de nulidade de partilha		R\$ 10.665,59
18.13	Ação de habilitação de herdeiros (sobre o valor habilitado)	10%	R\$ 4.452,73
18.14	Ação de habilitação de crédito (sobre o valor habilitado)	10%	R\$ 3.792,67
18.15	Ação declaratória de indignidade	10%	R\$ 4.452,73
18.16	Ação declaratória de deserdação	10%	R\$ 6.223,34
18.17	Retificação de partilha	10%	R\$ 6.223,34
18.18	Ação de sonogados	10%	R\$ 7.113,88
18.19	Ação de petição de herança	10%	R\$ 5.332,79
18.20	Planejamento sucessório - holding familiar	10%	R\$ 10.665,59
18.21	Ação de alvará para levantamento de valores e transferências de bens	10%	R\$ 3.792,67
18.22	Ação de registro de óbito tardio		R\$ 3.792,67
18.23	Minuta de testamento e/ou assistência ao ato e a abertura de testamento	7%	R\$ 5.301,36



19 ADVOCACIA EM DIREITO IMOBILIÁRIO E URBANÍSTICO

	INDICATIVO	PERC. (%) MÍNIMO	Valor MÍNIMO
19.1	AÇÕES LOCATÍCIAS		
19.1.1	Ação de despejo	10%	R\$ 3.729,81
19.1.2	Renovatória de locação	10%	R\$ 3.729,81
19.1.3	Revisional e/ou arbitramento de aluguel	10%	R\$ 3.729,81
19.1.4	Consignação de aluguel ou de chaves	10%	R\$ 3.729,81
19.1.5	Adjudicação compulsória por ofensa direito de preferência	5%	R\$ 3.729,81
19.1.6	Ato/acompanhamento de despejo e/ou reintegração		R\$ 2.126,83
19.1.7	Pedido de restituição de depósito ou caução	10%	R\$ 1.173,42
19.1.8	Notificação extrajudicial relacionada à locação		R\$ 848,64

MINUTA - EM FASE D

19.2	CONDOMÍNIOS	
19.2.1	Assessoria jurídica mensal simples (restringida à consultoria do condomínio)	R\$ 1.047,70
19.2.2	Assessoria jurídica mensal intermediária (restringida à consultoria e assembleias, conforme contrato)	R\$ 1.885,86
19.2.3	Assessoria jurídica mensal abrangente (consultoria em condomínio, comparecimento em assembleias, e representação judicial e extrajudicial do condomínio conforme contrato)	R\$ 3.143,10
19.2.4	Consulta jurídica pontual/presencial	R\$ 628,62
19.2.5	Representação em assembleias	R\$ 890,55
19.2.6	Confecção de ata de assembleia	R\$ 523,85
19.2.7	Elaboração de convenção ou Regimento Interno	R\$ 5.238,50
19.2.8	Alteração de Convenção ou Regimento Interno	R\$ 3.666,95
19.2.9	Elaboração de estatutos	R\$ 4.714,65
19.2.10	Elaboração de comunicados em geral	R\$ 471,47
19.2.11	Elaboração de contratos	R\$ 3.143,10
19.2.12	Revisão de contratos	R\$ 1.309,63
19.2.13	Parecer simples	R\$ 1.519,17
19.2.14	Parecer complexo	R\$ 2.619,25
19.2.15	Carta de advertência e/ou imposição de multa a condômino infrator	R\$ 471,47
19.2.16	Registro de contratos condominiais	R\$ 1.309,63



20 ADVOCACIA EM DIREITO INTERNACIONAL

	INDICATIVO	PERC. (%) MÍNIMO	Valor MÍNIMO
20.1	CIDADANIA		
20.1.1	Naturalização		R\$ 7.941,57
20.1.2	Cidadania originária		R\$ 10.267,46
20.1.3	Defesa contra a perda de nacionalidade brasileira		R\$ 39.100,16
20.1.4	Pedido de reaquisição de nacionalidade brasileira		R\$ 7.941,57
20.1.5	Pedido de reconhecimento a uma pessoa à condição de apátrida		R\$ 7.941,57
20.1.6	Recurso inominado		R\$ 20.472,06
20.1.7	Defesa na expulsão, banimento e extradição de estrangeiro no Brasil		R\$ 17.748,04
20.2	REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA PRÉVIA, RESIDÊNCIA E RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA IMIGRANTES NO BRASIL		
20.2.1	Administrador, gerente, diretor ou executivo com poderes de gestão para representar sociedade civil ou comercial, grupo ou conglomerado econômico (pessoa jurídica)		R\$ 8.245,40
20.2.2	Realização de investimento de pessoa física e empresa jurídica no país		R\$ 8.245,40
20.2.3	Fins de trabalho com vínculo empregatício no Brasil		R\$ 4.892,76
20.2.4	Prestação de serviços de assistência técnica (sem vínculo empregatício)		R\$ 3.666,95
20.2.5	Transferência de tecnologia (sem vínculo empregatício)		R\$ 3.666,95

20.2.6	Demais autorizações de residência prévia, residência e/ou renovação		R\$ 3.666,95
20.2.7	Homologação de sentença estrangeira no Brasil perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ)		R\$ 11.000,85
20.3	REGISTRO DE CAPITAIS INTERNACIONAIS PERANTE O SISTEMA ELETRÔNICO DO BANCO CENTRAL (SISBACEN) PARA IMIGRANTES NO BRASIL		
20.3.1	Cadastro Declaratório de Não Residente (RDE-CDNR)		R\$ 3.509,80
20.3.2	Emissão de Registro Declaratório Eletrônico – Investimento Estrangeiro Direto (RDE-IED)		R\$ 2.357,33
20.3.3	Registro de eventos societários perante o SISBACEN		R\$ 2.357,33
20.4	ACOMPANHAMENTO DE ESTRANGEIRO PERANTE A POLÍCIA FEDERAL PARA IMIGRANTES NO BRASIL		
20.4.1	Serviços junto à Polícia Federal – Imigração/Superintendência		R\$ 817,21
20.4.2	Agendamento e acompanhamento para emissão de Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM, antigo RNE), após a emissão da autorização de residência prévia, residência ou renovação pelo Ministério do Trabalho ou Ministério da Justiça		R\$ 1.833,48
20.4.3	Solicitação de refúgio		R\$ 618,14
20.5	CONTRATO INTERNACIONAL		
20.5.1	Elaboração de contrato internacional		R\$ 10.634,16
20.5.2	Parecer sobre contrato internacional		R\$ 5.322,32

20.6	REQUERIMENTO DE REVALIDAÇÃO DE DIPLOMA ESTRANGEIRO DE GRADUAÇÃO E DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO-SENSU NO BRASIL		
20.6.1	Requerimento de Revalidação de diploma de Graduação ou Pós-Graduação Stricto Sensu em uma instituição pública de ensino superior no Brasil		R\$ 3.666,95
20.6.2	Recurso Administrativo em Revalidação de diploma de Graduação ou Pós-Graduação Stricto Sensu em uma instituição pública de ensino superior no Brasil		R\$ 3.666,95
20.7	CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS DE CAPITAL ESTRANGEIRO E SUAS RESPECTIVAS ALTERAÇÕES SOCIETÁRIAS		
20.7.1	Elaboração de instrumento de constituição/estatuto de sociedade limitada ou por ações com capital estrangeiro e/ou sócios estrangeiros, pessoas físicas ou jurídicas e/ou administradores estrangeiros		R\$ 12.226,66
20.7.2	Alteração e consolidação de contrato social/estatuto de sociedade limitada ou por ações com capital estrangeiro e/ou sócios estrangeiros, pessoas físicas ou jurídicas e/ou administradores estrangeiros		R\$ 6.422,40
20.7.3	Elaboração de ata de reunião de sócios quotistas ou assembleia de acionistas		R\$ 2.661,16
20.7.4	Elaboração de ato constitutivo de empresa individual de sociedade limitada (EIRELI) cujo titular seja pessoa física ou jurídica estrangeira		R\$ 3.666,95
20.7.5	Iteração e consolidação de ato constitutivo de empresa individual de sociedade limitada (EIRELI) cujo titular seja pessoa física ou jurídica estrangeira		R\$ 1.833,48



21 MATÉRIA DE ADVOCACIA EM DIREITO PENAL

	INDICATIVO	PERC. (%) MÍNIMO	Valor MÍNIMO
21.1	FASE INVESTIGATIVA		
21.1.1	Acompanhamento auto de prisão em flagrante (diurno)		R\$ 2.043,02
21.1.2	Acompanhamento auto de prisão em flagrante (noturno)		R\$ 4.086,03
21.1.3	Acompanhamento de inquérito policial		R\$ 6.286,20
21.1.4	Investigação defensiva		R\$ 9.429,30
21.1.5	Apresentação do cliente ou testemunha ou vítima		R\$ 2.043,02
21.1.6	Representação criminal		R\$ 2.724,02
21.1.7	Delação ou colaboração premiada	10%	R\$ 15.715,50
21.2	FASE PROCESSUAL		
21.2.1	Rito comum ordinário		R\$ 20.954,00
21.2.2	Rito comum sumário		R\$ 15.715,50
21.2.3	Rito comum sumaríssimo		R\$ 10.477,00
21.2.4	Queixa-crime		R\$ 15.715,50
21.2.5	Rito Especial Júri - 1 fase - (até decisão pronúncia)		R\$ 15.715,50
21.2.6	Rito Especial Júri - 2 fase - (até a Sessão plenária)		R\$ 15.715,50
21.2.7	Rito Especial da Lei 11.343/06 - (Lei Tráfico)		R\$ 15.715,50
21.2.8	Rito da Lei 11.340/06 - (Lei Maria da Penha)		R\$ 10.477,00

21.2.9	Rito do ECA		R\$ 10.477,00
21.2.10	Processo Lei 12.850/2013 - (Lei de Organização Criminosa)		R\$ 26.192,50
21.2.11	Processo Lei 9.613/1998 - (Lei de Lavagem de Dinheiro)		R\$ 26.192,50
21.2.12	Processo da Lei 8.137/1990		R\$ 26.192,50
21.2.13	Processo Lei 960/1998 - (Lei de Crimes Ambientais)		R\$ 26.192,50
21.2.14	Processo de crimes eleitorais		R\$ 26.192,50
21.3	FASE RECURSAL - CÓDIGO DE PROCESSO PENAL		
21.3.1	Recurso em sentido estrito		R\$ 10.477,00
21.3.2	Recurso de apelação		R\$ 10.477,00
21.3.3	Embargos de declaração		R\$ 4.190,80
21.3.4	Embargos infringentes		R\$ 4.190,80
21.3.5	Carta testemunhável		R\$ 4.190,80
21.3.6	Correição parcial		R\$ 4.190,80
21.3.7	Revisão criminal		R\$ 15.715,50
21.3.8	Agravo em execução penal		R\$ 8.381,60
21.4	FASE RECURSAL CONSTITUCIONAL		
21.4.1	Recurso ordinário em Habeas Corpus		R\$ 15.715,50
21.4.2	Recurso ordinário em Mandado de Segurança em matéria criminal		R\$ 15.715,50
21.4.3	Recurso Especial		R\$ 15.715,50
21.4.4	Recurso Extraordinário		R\$ 15.715,50
21.4.5	Reclamação na esfera penal		R\$ 10.477,00

21.5	PEDIDO DE LIBERDADE		
21.5.1	Pedido de revogação de prisão		R\$ 5.238,50
21.5.2	Pedido de relaxamento de prisão		R\$ 5.238,50
21.5.3	Pedido fiança criminal		R\$ 3.352,64
21.5.4	Audiência de custódia		R\$ 2.619,25
21.5.5	Acordo de não persecução penal		R\$ 5.238,50
21.5.6	Habeas Corpus perante Juízo Singular		R\$ 5.238,50
21.5.7	Habeas Corpus perante Tribunais		R\$ 7.333,90
21.5.8	Habeas Corpus perante Tribunais Superiores		R\$ 12.572,40
21.5.9	Mandado de Segurança em matéria criminal		R\$ 7.333,90
21.6	PEDIDO DE BENEFÍCIOS - AUDIÊNCIAS		
21.6.1	Transação Penal		R\$ 2.043,02
21.6.2	Suspensão condicional do processo		R\$ 2.043,02
21.6.3	Suspensão condicional da pena		R\$ 2.043,02
21.7	FASE DA EXECUÇÃO PENAL		
21.7.1	Visita em presídio		R\$ 838,16
21.7.2	Progressão de regime		R\$ 3.143,10
21.7.3	Livramento condicional		R\$ 3.143,10
21.7.4	Insanidade mental do acusado		R\$ 3.143,10
21.7.5	Reabilitação criminal		R\$ 3.143,10
21.7.6	Defesa em PAD		R\$ 5.238,50

21.8	ATOS AVULSOS		
21.8.1	Consulta – presencial		R\$ 366,70
21.8.2	Consulta – virtual		R\$ 261,93
21.8.3	Parecer		R\$ 5.238,50
21.9	SUSTENTAÇÃO ORAL		
21.9.1	Perante Tribunais		R\$ 3.143,10
21.9.2	Perante Tribunais Superiores		R\$ 5.238,50
21.10	ASSISTÊNCIA DA ACUSAÇÃO		
21.10.1	Rito comum ordinário		R\$ 10.477,00
21.10.2	Rito comum sumário		R\$ 8.381,60
21.10.3	Rito Comum sumaríssimo		R\$ 5.238,50
21.10.4	Rito Especial Júri – 1 fase		R\$ 15.715,50
21.10.5	Rito Especial Júri – 2 fase		R\$ 15.715,50



22 ADVOCACIA EM DIREITO MILITAR

	INDICATIVO - Administrativo	PERC. (%) MÍNIMO	Valor MÍNIMO
22.1	Promoção Militar		R\$ 4.000,00
22.2	Ficha de Apuração Disciplinar (FATD)		R\$ 2.000,00
22.3	Sindicância Militar		R\$ 7.000,00
22.4	Conselho de Disciplina		R\$ 8.000,00
22.5	Conselho de Justificação		R\$ 10.000,00
22.6	Diligências e Despachos		R\$ 800,00
22.7	Acompanhamento do militar		R\$ 1.500,00
	ATIVIDADES EM MATÉRIA DE JUSTIÇA MILITAR (Estadual e União)		
22.8	Promoção Militar	30%	R\$ 6.000,00
22.9	Atuação em inquérito policial militar		R\$ 9.500,00
22.10	Ato Judicial		R\$ 4.700,00

22.11	Atos em órgãos policiais (07:00h as 19:00h)		R\$ 3.500,00
22.12	Atos em órgãos policiais (19:00h as 07:00h)		R\$ 4.800,00
22.13	Exame de processo penal militar com parecer verbal		R\$ 5.500,00
22.14	Defesa em procedimento comum		R\$ 14.500,00
22.15	Defesa em procedimentos especiais		R\$ 20.000,00
22.16	Assistência a acusação		R\$ 14.500,00
22.17	Atuação em processo de execução penal		R\$ 12.115,00
	ATUAÇÃO EM 2º GRAUS (Estado e União)		
22.18	Apelação		R\$ 10.500,00
22.19	Elaboração e Apresentação de Memoriais		R\$ 5.300,00
22.20	Sustentação Oral		R\$ 6.000,00
22.21	Embargos Infringentes		R\$ 5.270,00
22.22	Embargos Declaratórios		R\$ 4.500,00
22.23	Correição Parcial (Razões e Contrarrazões)		R\$ 5.270,00
22.24	Recurso em sentido estrito(Razões e Contrarrazões)		R\$ 5.270,00
22.25	Reclamação		R\$ 5.300,00
22.26	Revisão		R\$ 5.300,00
22.27	Atuação em processo de competência originária no Tribunal		R\$ 15.000,00

ADVOCACIA PREVIDENCIARIA MILITAR			
22.28	Reintegração do Militar na esfera Estadual	30%	R\$ 8.000,00
22.29	Reintegração do Militar na esfera Federal	30%	R\$ 10.000,00
22.30	Reforma Militar Estadual	30%	R\$ 8.500,00
22.31	Reforma Militar Federal	30%	R\$ 10.500,00
22.32	Incapacidade do Militar Estadual ou Federal	30%	R\$ 10.000,00

23 ADVOCACIA MUNICIPALISTA

	INDICATIVO	PERC. (%) MÍNIMO	Valor MÍNIMO
23.1	CONTENCIOSO JUDICIAL (COM PRESTAÇÃO TERCEIRIZADA DE SERVIÇOS REGULARES) - DEFESA DOS INTERESSES DA PREFEITURA EM AÇÕES DAS ÁREAS DO DIREITO CORRELATAS ÀS ATIVIDADES MUNICIPAIS		
23.1.1	Municípios até 5 mil habitantes		R\$ 10.120,78
23.1.2	Municípios de 5 mil a 15 mil habitantes		R\$ 12.017,12
23.1.3	Municípios de 15 mil a 40 mil habitantes		R\$ 16.448,89
23.1.4	Municípios de 40 mil a 60 mil habitantes		R\$ 18.973,85
23.1.5	Municípios de acima 60 mil habitantes		R\$ 22.777,00
23.2	CONTENCIOSO JUDICIAL (COM PRESTAÇÃO TERCEIRIZADA DE SERVIÇOS REGULARES) - DEFESA DOS INTERESSES DOS FUNDOS MUNICIPAIS E ÓRGÃOS ESPECÍFICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA EM AÇÕES DAS ÁREAS DO DIREITO CORRELATAS ÀS ATIVIDADES DOS MESMOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS		
23.2.1	Municípios até 5 mil habitantes		R\$ 6.328,11
23.2.2	Municípios de 5 mil a 15 mil habitantes		R\$ 8.863,54
23.2.3	Municípios de 15 mil a 40 mil habitantes		R\$ 10.120,78
23.2.4	Municípios de 40 mil a 60 mil habitantes		R\$ 15.181,17
23.2.5	Municípios de acima 60 mil habitantes		R\$ 20.241,56

23.3	RECURSOS QUE TRAMITAM EM 2º E 3º GRAUS DE JURISDIÇÃO		
23.3.1	Municípios até 5 mil habitantes		R\$ 6.328,11
23.3.2	Municípios de 5 mil a 15 mil habitantes		R\$ 8.863,54
23.3.3	Municípios de 15 mil a 40 mil habitantes		R\$ 10.120,78
23.3.4	Municípios de 40 mil a 60 mil habitantes		R\$ 15.181,17
23.3.5	Municípios de acima 60 mil habitantes		R\$ 20.241,56
23.4	ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA (COM PRESTAÇÃO TERCEIRIZADA DE SERVIÇOS REGULARES) - ÓRGÃOS MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA NO ÂMBITO DAS PRÓPRIAS REPARTIÇÕES		
23.4.1	Municípios até 5 mil habitantes		R\$ 6.328,11
23.4.2	Municípios de 5 mil a 15 mil habitantes		R\$ 8.224,45
23.4.3	Municípios de 15 mil a 40 mil habitantes		R\$ 10.120,78
23.4.4	Municípios de 40 mil a 60 mil habitantes		R\$ 14.552,55
23.4.5	Municípios de acima 60 mil habitantes		R\$ 18.973,85
23.5	DEFESA DOS INTERESSES DO MUNICÍPIO PERANTE O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS (TCM)		
23.5.1	Municípios até 5 mil habitantes		R\$ 10.120,78
23.5.2	Municípios de 5 mil a 15 mil habitantes		R\$ 12.017,12
23.5.3	Municípios de 15 mil a 40 mil habitantes		R\$ 16.448,89
23.5.4	Municípios de 40 mil a 60 mil habitantes		R\$ 18.973,85
23.5.5	Municípios de acima 60 mil habitantes		R\$ 22.777,00

23.6	DEFESA DOS INTERESSES DOS FUNDOS MUNICIPAIS E ÓRGÃOS ESPECÍFICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA PERANTE O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS (TCM)	
23.6.1	Municípios até 5 mil habitantes	R\$ 6.328,11
23.6.2	Municípios de 5 mil a 15 mil habitantes	R\$ 8.863,54
23.6.3	Municípios de 15 mil a 40 mil habitantes	R\$ 10.120,78
23.6.4	Municípios de 40 mil a 60 mil habitantes	R\$ 15.181,17
23.6.5	Municípios de acima 60 mil habitantes	R\$ 20.241,56
23.7	AÇÕES JUDICIAIS ESPECÍFICAS – MANDADO DE SEGURANÇA E OUTROS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	
23.7.1	Municípios até 5 mil habitantes	R\$ 10.120,78
23.7.2	Municípios de 5 mil a 15 mil habitantes	R\$ 15.181,17
23.7.3	Municípios de 15 mil a 40 mil habitantes	R\$ 18.973,85
23.7.4	Municípios de 40 mil a 60 mil habitantes	R\$ 21.509,28
23.7.5	Municípios de acima 60 mil habitantes	R\$ 25.301,96
23.8	TUTELAS DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA, PROVISÓRIA E DE EVIDÊNCIA	
23.8.1	Municípios até 5 mil habitantes	R\$ 5.060,39
23.8.2	Municípios de 5 mil a 15 mil habitantes	R\$ 6.705,28
23.8.3	Municípios de 15 mil a 40 mil habitantes	R\$ 9.492,16
23.8.4	Municípios de 40 mil a 60 mil habitantes	R\$ 10.759,88
23.8.5	Municípios de acima 60 mil habitantes	R\$ 10.560,82

23.9	AÇÕES DECLARATÓRIAS E OUTRAS SEM REPERCUSSÃO FINANCEIRA ESTIMADA		
23.9.1	Municípios até 5 mil habitantes		R\$ 10.120,78
23.9.2	Municípios de 5 mil a 15 mil habitantes		R\$ 11.828,53
23.9.3	Municípios de 15 mil a 40 mil habitantes		R\$ 15.181,17
23.9.4	Municípios de 40 mil a 60 mil habitantes		R\$ 18.973,85
23.9.5	Municípios de acima 60 mil habitantes		R\$ 25.301,96
23.10	AÇÕES DECLARATÓRIAS, DE COBRANÇA, EXECUÇÃO, MONITÓRIA E OUTRAS COM REPERCUSSÃO FINANCEIRA ESTIMÁVEL		
23.10.1	Em causas até o valor de R\$ 50.000,00		R\$ 5.605,20
23.10.2	Em causas até o valor de R\$ 100.000,00		R\$ 10.099,83
23.10.3	Em causas até o valor de R\$ 250.000,00		R\$ 11.220,87
23.10.4	Em causas até o valor de R\$ 500.000,00		R\$ 16.826,06
23.10.5	Em causas até o valor de R\$ 1.000.000,00		R\$ 33.641,65
23.11	PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS ESPECÍFICOS		
23.11.1	Pareceres em geral		R\$ 10.120,78
23.11.2	Assessoramento e consultoria em procedimentos administrativos em geral		R\$ 10.120,78
23.12	ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA PARA CÂMARA DE VEREADORES EM PROCESSOS LEGISLATIVOS (COM PRESTAÇÃO TERCEIRIZADA DE SERVIÇOS REGULARES)		
23.12.1	Composta por 09 vereadores		R\$ 6.328,11

23.12.2	Composta por 11 vereadores		R\$ 10.120,78
23.12.3	Composta por 13 vereadores		R\$ 12.656,22
23.12.4	Composta por 15 vereadores		R\$ 15.181,17
23.12.5	Composta por 17 vereadores		R\$ 17.716,61
23.12.6	Composta por 19 vereadores		R\$ 20.241,56
23.12.7	Composta por 21 vereadores		R\$ 22.777,00
23.12.8	Composta por 23 ou mais vereadores		R\$ 25.301,96
23.13	ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA PARA CÂMARA DE VEREADORES EM MATÉRIAS ADMINISTRATIVAS, EM GERAL (COM PRESTAÇÃO TERCEIRIZADA DE SERVIÇOS REGULARES) ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA PARA CÂMARA DE VEREADORES EM MATÉRIAS ADMINISTRATIVAS, EM GERAL (COM PRESTAÇÃO TERCEIRIZADA DE SERVIÇOS REGULARES)		
23.13.1	Composta por 09 vereadores		R\$ 6.328,11
23.13.2	Composta por 11 vereadores		R\$ 10.120,78
23.13.3	Composta por 13 vereadores		R\$ 12.656,22
23.13.4	Composta por 15 vereadores		R\$ 15.181,17
23.13.5	Composta por 17 vereadores		R\$ 17.716,61
23.13.6	Composta por 19 vereadores		R\$ 20.241,56
23.13.7	Composta por 21 vereadores		R\$ 22.777,00
23.13.8	Composta por 23 ou mais vereadores		R\$ 25.301,96

23.14	ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA PARA CÂMARA DE VEREADORES PERANTE O TCM (COM PRESTAÇÃO TERCEIRIZADA DE SERVIÇOS REGULARES)		
23.14.1	Composta por 09 vereadores		R\$ 6.328,11
23.14.2	Composta por 11 vereadores		R\$ 10.120,78
23.14.3	Composta por 13 vereadores		R\$ 12.656,22
23.14.4	Composta por 15 vereadores		R\$ 15.181,17
23.14.5	Composta por 17 vereadores		R\$ 17.716,61
23.14.6	Composta por 19 vereadores		R\$ 20.241,56
23.14.7	Composta por 21 vereadores		R\$ 22.777,00
23.14.8	Composta por 23 ou mais vereadores		R\$ 25.301,96
23.15	PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS ESPECÍFICOS PARA A CÂMARA DOS VEREADORES - PARECERES EM GERAL		
23.15.1	Composta por até 15 vereadores		R\$ 10.120,78
23.15.2	Composta por até 19 vereadores		R\$ 15.181,17
23.15.3	Composta por até 21 vereadores		R\$ 17.077,51
23.16	ASSESSORAMENTO E CONSULTORIA EM PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, EM GERAL		
23.16.1	Composta por até 15 vereadores		R\$ 15.181,17
23.16.2	Composta por até 19 vereadores		R\$ 20.241,56
23.16.3	Composta por até 21 vereadores		R\$ 24.673,34

23.17	CONTENCIOSO JUDICIAL DE 1° E 2° GRAU PARA CÂMARA DE VEREADORES		
23.17.1	a) Composta por 09 vereadores		R\$ 6.328,11
23.17.2	b) Composta por 11 vereadores		R\$ 10.120,78
23.17.3	c) Composta por 13 vereadores		R\$ 12.656,22
23.17.4	d) Composta por 15 vereadores		R\$ 15.181,17
23.17.5	e) Composta por 17 vereadores		R\$ 17.716,61
23.17.6	f) Composta por 19 vereadores		R\$ 20.241,56
23.17.7	g) Composta por 21 vereadores		R\$ 22.777,00
23.17.8	h) Composta por 23 ou mais vereadores		R\$ 25.301,96

MINUTA - EM FASE DE



24 ADVOCACIA EM DIREITO DO TRABALHO

24.1	DISSÍDIOS INDIVIDUAIS		
24.1.1	Patrocínio do Reclamante/Reclamado, sobre o valor do acordo ou da condenação		R\$ 2.387,80
24.2	REPRESENTAÇÃO EM DISSÍDIO COLETIVO, ACORDO COLETIVO, CONVENÇÃO COLETIVA, OU CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO		
24.2.1	Com até 500 empregados	20%	R\$ 5.982,37
24.2.2	Entre 500 e 1.000 empregados	20%	R\$ 11.723,76
24.2.3	Acima de 1.000 empregados	20%	R\$ 16.794,63
24.2.4	Representação em dissídio coletivo de natureza jurídica		R\$ 11.199,91
24.3	RECURSOS TRABALHISTAS		
24.3.1	Agravo de instrumento	10%	R\$ 2.996,42
24.3.2	Contraminuta de agravo de instrumento	10%	R\$ 2.996,42
24.3.3	Agravo de petição	10%	R\$ 2.996,42
24.3.4	Contraminuta de agravo de petição	10%	R\$ 2.996,42
24.3.4	Recursos ordinários	10%	R\$ 3.740,29
24.3.6	Recurso de revista	10%	R\$ 4.725,13
24.3.7	Contrarrazões de recursos ordinários	10%	R\$ 3.735,05
24.3.8	Recurso Extraordinário	10%	R\$ 7.648,21

24.3.9	Contrarrazões de Recurso Extraordinário	10%	R\$ 7.648,21
24.3.10	Agravo contra despacho denegatório de seguimento de Recurso Extraordinário	10%	R\$ 7.648,21
24.3.11	Contrarrazões de agravo contra despacho denegatório de seguimento de Recurso Extraordinário	10%	R\$ 7.648,21
24.4	SERVIÇOS DIVERSOS		
24.4.1	Elaboração de petição inicial		R\$ 1.707,75
24.4.2	Elaboração de defesa		R\$ 1.707,75
24.4.3	Acompanhamento de homologação de rescisão contratual		R\$ 1.351,53
24.4.4	Comparecimento a audiência inaugural (presencial ou virtual)		R\$ 1.351,53
24.4.5	Comparecimento a audiência de instrução (presencial ou virtual)		R\$ 1.912,05
24.4.6	Comparecimento a audiência de conciliação (presencial ou virtual)		R\$ 1.351,53
24.4.7	Comparecimento a audiência de encerramento de instrução (presencial ou virtual)		R\$ 1.351,53
24.4.8	Embargos de devedor	10%	R\$ 1.781,09
24.4.9	Embargos de terceiros	10%	R\$ 1.781,09
24.4.10	Embargos de declaração		R\$ 1.781,09
24.4.11	Execução	10%	R\$ 1.802,04
24.4.12	Pareceres escritos em geral		R\$ 4.505,11
24.4.13	Ação rescisória trabalhista	15%	R\$ 7.648,21
24.4.14	Contestação de ação rescisória	10%	R\$ 7.648,21
24.4.15	Ação de reintegração de empregado (sob o proveito econômico)	15%	R\$ 3.824,11

24.4.16	Inquérito para apuração de falta grave		R\$ 3.824,11
24.4.17	Sustentação oral (presencial ou virtual)		R\$ 2.996,42
24.4.18	Acompanhamento no TRT		R\$ 1.917,29
24.4.19	Elaboração de memoriais		R\$ 1.602,98
24.4.20	Apresentação de cálculos		R\$ 1.707,75
24.4.21	Impugnação de cálculos		R\$ 1.707,75
24.4.22	Mandado de Segurança		R\$ 3.824,11
24.4.23	Resposta ao Mandado de Segurança		R\$ 3.824,11
24.4.24	Ação cautelar (requerida em caráter antecedente)		R\$ 3.824,11
24.4.25	Contestação de ação cautelar		R\$ 3.824,11
24.4.26	Petição interlocutória		R\$ 450,51
24.5	ASSESSORIA JURÍDICA PARA CONSTITUIÇÃO DE SINDICATOS, FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES		
24.5.1	Elaboração de estatuto		R\$ 14.929,73
24.5.2	Confeção de edital		R\$ 3.740,29
24.5.3	Assessoria presencial em assembleia (a hora)		R\$ 754,34
24.5.4	Registro do sindicato no MP (sem impugnação)		R\$ 3.740,29
24.5.5	Registro do sindicato no MP (com impugnação)		R\$ 7.470,10
24.5.6	Impugnação de registro sindical		R\$ 3.740,29

24.6	ASSESSORIA JURÍDICA PARA INSTITUIÇÕES E ÓRGÃOS SINDICAIS, FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES		
24.6.1	Participações ou assessoria em assembleia da categoria – no domicílio do profissional (a hora)		R\$ 534,33
24.6.2	Participações ou assessoria em assembleia da categoria – fora do domicílio do profissional (a hora)		R\$ 743,87
24.6.3	Assessoria ou participação de reunião de diretoria e conselho ou outros órgãos internos – no domicílio do profissional (a hora)		R\$ 534,33
24.6.4	Assessoria ou participação de reunião de diretoria e conselho ou outros órgãos internos – fora do domicílio do profissional (a hora)		R\$ 764,82
24.7	SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES		
24.7.1	Elaboração de regimento ou regulamento eleitoral		R\$ 7.501,53
24.7.2	Elaboração de edital		R\$ 764,82
24.7.3	Integrar como membro da comissão eleitoral		R\$ 7.501,53
24.7.4	Integrar como presidente da comissão eleitoral		R\$ 15.024,02
24.7.5	Assessoria de comissão eleitoral (a hora)		R\$ 534,33
24.7.6	Impugnação de chapas ou candidatos eleitorais		R\$ 1.613,46
24.7.7	Impugnação de resultado de eleições e associações		R\$ 4.127,94
24.7.8	Consultas a diretores e/ou outros de matéria sindical		R\$ 754,34
24.7.9	Assessoria em processos disciplinares, em geral, para aplicar penalidade a diretor ou associado – atuação no polo ativo		R\$ 3.761,24

24.7.10	Assessoria em processos disciplinares, em geral, para aplicar penalidade a diretor ou associado – atuação no polo passivo		R\$ 7.512,01
24.7.11	Mensalidades sindicais não consignadas em folha – cobrança extrajudicial (cumulativo)	10%	R\$ 1.613,46
24.7.12	Mensalidades sindicais não consignadas em folha – cobrança judicial (cumulativo)	15%	R\$ 3.761,24
24.7.13	Contribuição sindical anual não consignada – cobrança extrajudicial	10%	R\$ 1.613,46
24.7.14	Contribuição sindical anual não consignada – cobrança judicial	15%	R\$ 4.505,11
24.7.15	Contribuição sindical anual consignada em folha – cobrança extrajudicial	10%	R\$ 1.613,46
24.7.16	Contribuição sindical anual consignada em folha – cobrança extrajudicial	15%	R\$ 4.557,50
24.7.17	Consultoria, sem vínculo empregatício, a sindicatos de trabalhadores – com até 500 empregados		R\$ 4.054,60
24.7.18	Consultoria, sem vínculo empregatício, a sindicatos de trabalhadores – entre 500 e 1.000 empregados		R\$ 6.160,48
24.7.19	Consultoria, sem vínculo empregatício, a sindicatos de trabalhadores – acima de 1.000 empregados		R\$ 7.512,01
24.7.20	Consultoria, sem vínculo empregatício, a sindicatos de empresas – com até 10 empresas associadas		R\$ 8.402,55



25 ADVOCACIA EM DIREITO TRIBUTÁRIO

25.1	ÁREA ADMINISTRATIVA		
25.1.1	Honorários iniciais sobre o valor econômico real da causa	5%	R\$ 4.086,03
25.1.2	Honorários finais sobre o benefício	10%	R\$ 4.086,03
25.2	NA ÁREA JUDICIAL		
25.2.1	Honorários iniciais sobre o valor econômico real da causa	5%	R\$ 4.086,03
25.2.2	Honorários finais sobre o benefício	10%	R\$ 4.086,03
25.3	AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL		
25.3.1	Honorários iniciais sobre o valor econômico real da causa	5%	R\$ 4.714,65
25.3.2	Honorários finais sobre o benefício	10%	R\$ 4.714,65
25.4	LIBERAÇÃO DE MERCADORIAS		
25.4.1	Sobre o valor dos bens	5%	R\$ 4.714,65
25.5	REPETIÇÃO DE INDEBITO		
25.5.1	Honorários iniciais sobre o valor econômico real da causa	5%	R\$ 4.086,03
25.5.2	Honorários finais sobre o benefício	10%	R\$ 4.086,03
25.6	PARECER		
25.6.1	Parecer sobre interpretação de normas tributárias, planejamento tributário ou qualquer tipo de lançamento realizado contra o interessado pelo fisco		R\$ 5.448,04

25.7	ASSESSORIA JURÍDICA (ADVOCACIA DE PARTIDO) – ASSISTÊNCIA TOTAL SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO, NA ESFERA ADMINISTRATIVA E/OU JUDICIAL – VALOR MENSAL		
25.7.1	Micro e pequena empresa / SIMPLES	CPC (art. 85, § 3º)	R\$ 2.724,02
25.7.2	Ltda./LUCRO PRESUMIDO	CPC (art. 85, § 3º)	R\$ 5.448,04
25.7.3	S.A/LUCRO REAL	CPC (art. 85, § 3º)	R\$ 8.172,06
25.7.4	Demais entidades (ex: cooperativas, sociedades civis, etc.)	CPC (art. 85, § 3º)	R\$ 4.086,03

MINUTA – EM FASE DE



26 ADVOCACIA EM DIREITO PREVIDENCIÁRIO

26.1	FASE EXTRAJUDICIAL	Mínimo	
26.1.1	Concessão e/ou Restabelecimento de Benefícios Previdenciários:		
26.1.2	Consulta Jurídica seja presencial, por mensagens de aplicativos ou e-mail.		R\$ 758,00/hora
26.1.3	Consulta por vídeo conferência ou em condições excepcionais, com exame de documentos.		R\$ 758,00/hora
26.1.4	Concessão de Salário Maternidade.(30% do proveito econômico)	30%	R\$ 2.000,00
26.1.5	Procedimento de Justificação Administrativa		R\$ 4.548,00
26.1.6	Retificação e atualização cadastral do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS		R\$ 2.000,00
26.1.7	Planejamento previdenciário com parecer, cálculos de tempo de contribuição e simulações de RMI/RMA presentes e futuras.		R\$ 4.548,00
26.1.8	Cálculo de contagem de tempo de contribuição tomando como referência o CNIS e documentos particulares do segurado.		R\$ 758,00/hora
26.1.9	Procedimento visando a restituição de valores indevidamente cobrados e /ou declaração de inexigibilidade dos valores cobrados pelo gestor do regime previdenciário, inclusive no caso de benefício de prestação continuada (LOAS), bem como repetição de indébito.		30% prestações vencidas + 30% da prestações vincendas limitadas a 12 meses
26.1.10	Parecer jurídico solicitado por entidades sindicais, associações, gestores de regimes previdenciários e outras pessoas jurídicas.		R\$ 4.548,00
26.1.11	Defesa administrativa para evitar suspensão do benefício previdenciário ou assistencial.		R\$ 6.064,00
26.1.12	Pedido de prestações de parcelas não recebidas.	30%	30% prestações vencidas + 30% da prestações vincendas limitadas a 12 meses

26.1.13	Sustentação oral perante órgãos recursais, administrativos desvinculada do êxito do processo administrativo.		R\$ 1.518,00
26.1.14	Recurso administrativo para Junta de Recurso INSS.	30%	30% prestações vencidas + 30% da prestações vincendas limitadas a 12 meses
26.1.15	Agendamento de Prorrogação do Benefício.		R\$ 758,00
26.1.16	Aposentadoria pessoa com Deficiência por Idade - 30% proveito econômico vencidas + 30% de 12 vincendas	30%	R\$ 12.751,20
26.1.17	Cumprimento de Exigência.		R\$ 1.518,00
26.1.18	Diligências Cartorárias – Certidões, Inteiro Teor, Secretaria de Segurança Pública.		R\$ 1.518,00
26.1.19	Aposentadoria por Idade (até 30% do valor do benefício financeiro obtido + equivalente a 30% 12 meses de parcelas vincendas, garantindo o mínimo de	30%	R\$ 12.751,20
26.1.20	Aposentadoria por Idade – Trabalhador Rural (30% do valor do benefício financeiro obtido + equivalente a 30% referente a 12 meses de parcelas vincendas garantindo mínimo de	30%	R\$ 12.751,20
26.1.21	Aposentadoria por Tempo de Contribuição (30% do valor do benefício financeiro obtido + equivalente a 30% referente a 12 meses de parcelas vincendas garantindo mínimo de	30%	R\$ 12.751,20
26.1.22	Aposentadoria Especial (30% do valor do benefício financeiro obtido + equivalente a 30% referente a 12 meses de parcelas vincendas	30%	R\$ 12.751,20
26.1.23	Aposentadoria por Invalidez (30% do valor do benefício financeiro obtido + equivalente a 30% referente a 12 meses de parcelas vincendas	30%	R\$ 12.751,20
26.1.24	Auxílio-Doença (30% do valor do benefício financeiro obtido + equivalente a 30% referente as parcelas compreendidas até a data da DCB prevista	15%	R\$ 5.500,00
26.1.25	Auxílio Acidente (30% do valor do benefício financeiro obtido + equivalente a 30 referente a 12 meses de parcelas vincendas	30%	R\$ 5.500,00
26.1.26	Pensão por Morte (30% do valor do benefício financeiro obtido + equivalente a 30 referente a 12 meses de parcelas vincendas	30%	R\$ 12.751,20

26.1.27	Auxílio Reclusão (30% do valor do benefício financeiro obtido + equivalente a 30 referente a 12 meses de parcelas vincendas	30%	R\$ 12.751,20
26.1.28	Concessão de Benefícios Assistenciais (30% do valor do benefício financeiro obtido + equivalente a 30 referente a 12 meses de parcelas vincendas	30%	R\$ 12.751,20
26.1.29	Expedição de certidão de tempo de serviço/contribuição		R\$ 5.500,00
26.1.30	Justificativa de tempo de serviço		R\$ 5.500,00
26.1.4	Recurso Administrativo (acrescentar percentual de 10% sobre o valor originariamente pactuado)	10%	R\$ 5.500,00
26.1.4	Na hipótese do advogado atuar a partir da interposição do recurso, até 25% do equivalente a 12 meses do proveito econômico	25%	R\$ 5.500,00
26.2	FASE JUDICIAL		
26.2.	Ação de concessão e/ou restabelecimento benefício previdenciário		
26.2.1	Audiência de Conciliação.		R\$ 2.000,00
26.2.2	Audiência de Instrução e Julgamento.		R\$ 3.000,00
26.2.3	Aposentadoria pessoa com Deficiência por Idade - 30% proveito econômico - 30% sobre as vencidas + 30% de 12 vicendas		R\$ 12.751,20
26.2.4	Ação para requerer expedição de Certidão de Tempo de Contribuição.		R\$ 6.072,00
26.2.5	Ação ou contestação visando a manutenção de benefício previdenciário.		R\$ 6.072,00
26.2.6	Ação visando a restituição de valores indevidamente cobrados e/ou declaração de inexigibilidade dos valores cobrados pelo gestor do regime previdenciário, inclusive no caso de benefício de prestação continuada da LOAS, bem como repetição de indébito.		R\$ 6.072,00
26.2.7	Mandado de injunção, habeas data individual e Mandado de segurança individual.		R\$ 6.072,00
26.2.8	Ação Rescisória		R\$ 6.072,00

26.2.9	Sustentação Oral		R\$ 2.000,00
26.2.10	Ações Coletivas		R\$ 6.072,00
26.2.11	Atuação somente a partir da Turma Recursal - 30% proveito econômico	30%	R\$ 5.500,00
26.2.12	Aposentadoria por Idade (até 30% do valor das parcelas retroativas e mais o equivalente a 30% do proveito econômico após a instituição definitiva do benefício, limitado a 12 meses, garantido o mínimo)	30%	R\$ 12.751,20
26.2.13	Aposentadoria por Idade – Trabalhador Rural (até 30% do valor das parcelas retroativas e mais o equivalente a 30% do proveito econômico após a instituição definitiva do benefício, limitado a 12 meses, garantido o mínimo)	30%	R\$ 12.751,20
26.2.14	Aposentadoria por Tempo de Contribuição (até 30% do valor das parcelas retroativas e mais o equivalente a 30% do proveito econômico após a instituição definitiva do benefício, limitado a 12 meses)	30%	R\$ 12.751,20
26.2.15	Aposentadoria Especial (até 30% do valor das parcelas retroativas e mais o equivalente a 30% do proveito econômico após a instituição definitiva do benefício, limitado a 12 meses)	30%	R\$ 12.751,20
26.2.16	Aposentadoria por Invalidez (até 30% do valor das parcelas retroativas e mais o equivalente a 30% do proveito econômico após a instituição definitiva do benefício, limitado a 12 meses)	30%	R\$ 12.751,20
26.2.17	Auxílio Doença até 30% do valor das parcelas retroativas e mais o equivalente a 30% do proveito econômico após até a DCB do benefício, limitado a 12 meses	30%	R\$ 6.072,00
26.2.18	Aposentadoria por Invalidez; auxílio-doença ou auxílio acidente decorrente de acidente do trabalho (até 30% do valor das parcelas retroativas e mais o equivalente a 30% do proveito econômico após até a DCB do benefício, limitado a 12 meses)	30%	R\$ 6.072,00
26.2.19	Pensão por Morte (até 30% do valor das parcelas retroativas e mais o equivalente a 30% do proveito econômico após a instituição definitiva do benefício, limitado a 12 meses)	30%	R\$ 12.751,20
26.2.20	Auxílio Reclusão (até 30% do valor das parcelas retroativas e mais o equivalente a 30% do proveito econômico após a instituição)	30%	R\$ 12.751,20

	definitiva do benefício, limitado a 12 meses.		
26.2.21	Salário maternidade: até 30% do êxito, garantido o mínimo	30%	R\$ 2.500,00
26.3	AÇÃO POR REVISÃO DE BENEFÍCIO		
26.3.1	Ação por erro no Cálculo (até 30% do valor das parcelas retroativas e mais o equivalente a 30% do proveito econômico após a instituição definitiva do benefício, limitado a 12 meses		R\$ 6.072,00
26.3.2	Ação por erro Material (até 30% do valor das parcelas retroativas e mais o equivalente a 30% do proveito econômico após a instituição definitiva do benefício, limitado a 12 meses		R\$ 12.751,20
26.3.3	Ação de concessão de benefício assistencial (até 30% do valor das parcelas retroativas e mais o equivalente a 30% do proveito econômico após a instituição definitiva do benefício, limitado a 12 meses		R\$ 12.751,20
26.3.4	Ação de reconhecimento de tempo de serviço/contribuição		R\$ 6.072,00
26.3.5	Atuação em Fase Recursal (acrescentar percentual de 10% sobre o valor originariamente pactuado		R\$ 6.072,00



27 ADVOCACIA EM DIREITO DA SAÚDE

27.1	ADVOCACIA EXTRAJUDICIAL		
27.1.1	Assessoria para elaboração de relatório médico circunstanciado		R\$ 800,00
27.1.2	Assessoria para elaboração de laudo pericial		R\$ 1.723,71
27.1.3	Assessoria mensal consultiva para consultórios		R\$ 2.242,08
27.1.4	Assessoria mensal consultiva para clínicas		R\$ 3.363,12
27.1.5	Assessoria mensal consultiva para hospitais e empresas de saúde (cooperativas e/ou sociedades em grupo)		R\$ 4.372,05
27.1.6	Assessoria mensal consultiva para operadora de saúde sem dedicação exclusiva		R\$ 6.558,08
27.1.7	Assessoria total para operadora de saúde com dedicação exclusiva		R\$ 13.116,16
27.1.8	Diligências avulsas para acompanhamento do cliente perante órgãos regulatórios (por ato)		R\$ 1.728,71
27.1.9	Defesa/impugnação de autos e/ou manifestação perante órgãos regulatórios	20%	R\$ 2.692,59
27.2	ADVOCACIA JUDICIAL		
27.2.1	Ação de tutela antecipada requerida em caráter antecedente	10%	R\$ 5.709,97
27.2.2	Aditamento da tutela antecipada com pedido de tutela final	10%	R\$ 4.767,04

27.2.3	Ação de obrigação de fazer	10%	R\$ 9.429,30
27.2.4	Ação de Mandado de Segurança (acesso a medicamentos, tratamentos, regulação e assuntos afins)	10%	R\$ 7.543,44
27.2.5	Ação de Mandado de Segurança envolvendo sanção ético-disciplinar, exceto cassação do exercício profissional		R\$ 6.280,20
27.2.6	Ação de Mandado de Segurança envolvendo sanção ético-disciplinar de cassação do exercício profissional		R\$ 15.715,50
27.2.7	Propositura de ação de responsabilidade civil (erro médico e assuntos afins)	30%	R\$ 10.477,00
27.2.8	Defesa em ação de responsabilidade civil	20%	R\$ 12.572,40
27.2.9	Ação de cobrança/ressarcimento de despesas médico-hospitalares	20%	R\$ 4.767,04
27.3	ADVOCACIA ÉTICO-ADMINISTRATIVA		
27.3.1	Manifestação prévia do denunciado em sindicância		R\$ 2.388,76
27.3.2	Representação do denunciado em processo ético-profissional (por profissional)		R\$ 7.166,27
27.3.3	Representação do denunciante em processo administrativo		R\$ 3.583,13
27.3.4	Defesa em processo administrativo		R\$ 3.583,13

27.3.5	Recursos em processo administrativo		R\$ 4.662,27
27.3.6	Sustentação oral em processo ético-profissional		R\$ 2.598,30
27.3.7	Audiência de conciliação		R\$ 1.728,71
27.3.8	Audiência de conciliação com TAC		R\$ 2.262,56
27.3.9	Audiência de instrução		R\$ 2.598,30
27.4	ADVOCACIA CONTRATUAL		
27.4.1	Elaboração ou revisão de documentos legais da atividade profissional (termos de consentimento, confidencialidade, autorização para uso de imagem e afins), por documento		R\$ 2.388,76
27.4.2	Elaboração ou revisão de contratos diversos, exceto societários (contratos de honorários, parcerias, fornecimento de insumos, manutenção, entre outros) – por contrato		R\$ 1.592,50
27.4.3	Elaboração ou revisão de regimento interno de corpo clínico		R\$ 2.388,76

28 MATÉRIA EM DIREITO DE TRÂNSITO

	INDICATIVO	PERC. (%) MÍNIMO	Valor MÍNIMO
28.1	FASE ADMINISTRATIVA		
28.1.1	Defesa prévia por cada auto de infração		R\$ 500,00
28.1.2	Recurso à JARI por cada auto de infração		R\$ 628,62
28.1.3	Recurso ao CETRAN por cada auto de infração		R\$ 942,93
28.1.4	Defesa prévia, recurso à JARI e CETRAN por cada auto de infração (exceto processos de suspensão/cassação e infrações auto suspensivas)		R\$ 1.885,86
28.1.5	Defesas e recursos do artigo 253-A, caput, do CTB	20%	R\$ 2.619,25
28.1.6	Defesas e recursos do artigo 253-A, §1º, do CTB	20%	R\$ 2.619,25
28.1.7	Defesas e recursos do artigo 253-A, §2º, do CTB – reincidência do caput	20%	R\$ 5.238,50
28.1.8	Defesas e recursos do artigo 253-A, §2º, do CTB – reincidência do §1º	20%	R\$ 5.238,50
28.1.9	Defesa em processo de suspensão ou cassação do direito de dirigir por pontuação, até a última instância		R\$ 2.619,25
28.1.10	Defesa em processo de suspensão ou cassação do direito de dirigir por infração específica – até a última instância		R\$ 3.143,10
28.1.11	Defesa em processo concomitante de suspensão ou cassação do direito de dirigir por infração específica (após alteração do CTB)		R\$ 3.352,64

28.1.12	Recurso administrativo de dívida ativa	20%	R\$ 523,85
28.1.13	Desbloqueio administrativo de CNH		R\$ 733,39
28.1.14	Liberação de veículo apreendido/ remoção e depósito – na capital		R\$ 1.571,55
28.1.15	Defesas de multa NIC	30% sobre o resultado	R\$ 942,03
28.1.16	Defesa em processo administrativo Disciplinar (PAD) perante o DETRAN/GO		R\$ 4.714,65
28.1.17	Defesa em processo administrativo em face de permissionários ou credenciados perante o DETRAN/GO (pessoa física ou jurídica)	20%	R\$ 4.714,65
28.1.18	Sindicância		R\$ 2.692,59
28.1.19	Acompanhamento em audiências perante o DETRAN/GO		R\$ 681,01
28.1.20	Consultoria		R\$ 314,31
28.1.21	Consultoria c/ análise de documentos		R\$ 471,47
28.1.22	Restituição de veículo envolvido em crime de trânsito	30% sobre o resultado	R\$ 1.362,01
28.2	FASE JUDICIAL		
28.2.1	Ação anulatória de ato administrativo	20%	R\$ 4.190,80
28.2.2	Ação de obrigação de fazer em matéria de trânsito	20%	R\$ 4.190,80
28.2.3	Acompanhamento em processo de crime do artigo 306 CTB até homologação de acordo		R\$ 3.143,10



29 ADVOCACIA EM PROGRAMA DE COMPLIANCE

	INDICATIVO	PERC. (%) MÍNIMO	Valor MÍNIMO
29.1	Código de ética		R\$ 5.238,50
29.2	Políticas e procedimentos de integridade		R\$ 3.000,00
29.3	Treinamento e Capacitação		R\$ 3.000,00
29.4	Mapa de riscos		R\$ 6.000,00
29.5	Canal de Denúncias		R\$ 3.000,00
29.6	Due Diligence		R\$ 2.000,00
29.6	Plano de Governança Anticorrupção		R\$ 7.000,00
29.6	Compliance Trabalhista		R\$ 4.000,00
29.6	Consultoria para Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)		R\$ 8.000,00

MINUTA - EM FASE

30 ADVOCACIA EM GESTÃO JURÍDICA

	INDICATIVO	PERC. (%) MÍNIMO	Valor MÍNIMO
30.1	Contratação na função de gestor geral	5%	R\$ 6.000,00
30.2	Contratação na função de gestor por área	2%	R\$ 5.000,00
30.3	Contratação na função de gestor de controladoria	2%	R\$ 4.000,00
30.4	Contratação na função de gestor técnico	2%	R\$ 4.000,00
30.5	Contratação na função de gestor administrativo-financeiro		R\$ 4.000,00

MINUTA - EM FASE DE



31 ADVOCACIA EM MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM

	INDICATIVO	PERC. (%) MÍNIMO	Valor MÍNIMO
31.1	ATIVIDADES EM ASSESSORIA JURÍDICA EM MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS EXTRAJUDICIAIS		
31.1.1	Consulta genérica acerca dos benefícios e das características da utilização dos métodos autocompositivos de solução de conflitos		R\$ 500,00
31.1.2	Consulta para identificação do método autocompositivo adequado à solução do conflito, observando o caso concreto, com análise detalhada de documentos – para uma parte		R\$ 1.330,58
31.1.3	Consulta para identificação do método autocompositivo adequado à solução do conflito, observando o caso concreto, com análise detalhada de documentos – para ambas as partes conjuntamente	10%	R\$ 2.661,16
31.1.4	Hora técnica e intelectual para análise dos elementos do conflito e assessoria jurídico-estratégica – para uma parte		R\$ 500,00
31.1.5	Hora técnica e intelectual para análise dos elementos do conflito e assessoria jurídico - estratégica – para ambas as partes conjuntamente		R\$ 800,00
31.1.6	Acompanhamento em sessão ou reunião de práticas colaborativas, mediação, conciliação, negociação ou qualquer método autocompositivo (por ato)		R\$ 1.707,75
31.1.7	Elaboração e/ou revisão de termo de acordo total ou parcial resultante do encerramento de práticas colaborativas, mediação, conciliação, negociação ou qualquer método autocompositivo	10%	R\$ 2.661,16

31.1.8	Elaboração de notificação extrajudicial para cumprimento do acordo		R\$ 500,00
31.1.9	Requerimento de homologação de acordo realizado em esfera extrajudicial perante o Poder Judiciário	10%	R\$ 2.661,16
31.1.10	Tentativas de negociações extrajudiciais e preliminares com a parte contrária, via WhatsApp, e-mail ou telefone	10%	R\$ 1.030,68
31.1.11	Intervenção para solução de qualquer assunto eventual no terreno amigável relacionado ao acordo entabulado, mesmo quando for de valor estimável	10%	R\$ 2.661,16
31.1.12	Intermediar (porta-voz) conversas sobre questões relacionadas ao conflito, no caso de uma das partes não poder, por determinação judicial, ter contato com a outra parte – violência doméstica, incapacidade em razão de doença, por ex		R\$ 2.661,16
31.1.13	Retificação de acordo extrajudicial		R\$ 2.661,16
31.2	ATIVIDADES EM ASSESSORIA JURÍDICA EM MÉTODOS AUTOCOMPOSITIVOS JUDICIAIS		
31.2.1	Consulta genérica acerca dos benefícios e características da utilização dos métodos autocompositivos de solução de conflitos	20%	R\$ 691,48
31.2.2	Consulta para identificação do método autocompositivo adequado à solução do conflito, observando o caso concreto com análise detalhada de documentos – para uma parte	20%	R\$ 2.975,47
31.2.3	Consulta para identificação do método autocompositivo adequado à solução do conflito, observando o caso concreto com análise detalhada de documentos – para ambas as partes conjuntamente	20%	R\$ 5.322,32

31.2.4	Hora técnica e intelectual para análise dos elementos do conflito e assessoria jurídico-estratégica – para uma parte		R\$ 764,82
31.2.5	Hora técnica e intelectual para análise dos elementos do conflito e assessoria jurídico-estratégica – para ambas as partes conjuntamente		R\$ 1.602,98
31.2.6	Acompanhamento em sessão ou reunião de Práticas Colaborativas, Mediação, Conciliação, Negociação ou qualquer método autocompositivo (por ato)	10%	R\$ 1.707,75
31.2.7	Elaboração e/ou revisão de termo de acordo total ou parcial resultante do encerramento de práticas colaborativas, mediação, conciliação, negociação ou qualquer método autocompositivo	20%	R\$ 5.322,32
31.2.8	Requerimento de homologação de acordo realizado na esfera judicial perante o Poder Judiciário	20%	R\$ 764,82
31.2.9	Elaboração de notificação extrajudicial para cumprimento do acordo homologado pelo juiz	20%	R\$ 764,82
31.2.10	Comparecimento em audiências de conciliação. O ato exclusivo de acompanhamento como advogado(a) ou representante de qualquer das partes	20%	R\$ 1.330,58
31.2.11	Intermediar (porta-voz) conversas sobre questões relacionadas ao litígio, no caso de uma das partes não poder, por determinação judicial, ter contato com a outra parte – violência doméstica, incapacidade em razão de doença, por ex	20%	R\$ 5.322,32
31.3	ARBITRAGEM - PROCEDIMENTO ARBITRAL		
31.3.1	Representação do cliente no procedimento arbitral	10%	R\$ 2.194,93

31.4	ARBITRAGEM – FASE JUDICIAL		
31.4.1	Ajuizamento de ação anulatória da sentença arbitral	10%	R\$ 3.292,92
31.4.2	Ajuizamento de execução judicial para o cumprimento da sentença arbitral	10%	R\$ 2.194,93
31.4.3	Defesa do executado em juízo no cumprimento da sentença arbitral	10%	R\$ 3.292,92

MINUTA – EM FASE DE APROVAÇÃO

